



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Geociências
Instituto de Artes
Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo

Tainá Scartezini Orssatto

**DIVULGAÇÃO DOS ARTIGOS DE UM PERIÓDICO
CIENTÍFICO DE ANTROPOLOGIA**

CAMPINAS – SP

2021

Tainá Scartezini Orssatto

**DIVULGAÇÃO DOS ARTIGOS DE UM PERIÓDICO
CIENTÍFICO DE ANTROPOLOGIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Geociências, Instituto de Artes e Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de especialista em Jornalismo Científico.

Este exemplar corresponde à versão final corrigida do Trabalho de Conclusão de Curso defendida pela aluna Tainá Scartezini Orssatto e orientada pela Profa. Dra. Daniela Tonelli Manica.

CAMPINAS - SP

2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Geociências
Marta dos Santos - CRB 8/5892

Or8d Orssatto, Tainá Scartezini, 1995-
Divulgação dos artigos de um periódico científico de antropologia / Tainá Scartezini Orssatto. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Daniela Tonelli Manica.
Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Jornalismo científico. 2. Divulgação científica - Periódicos. 3. Ciências sociais. 4. Antropologia. 5. Podcasts. I. Manica, Daniela Tonelli, 1976-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Palavras-chave em inglês:

Science journalism

Scientific divulgation - Periodicals

Social sciences

Anthropology

Podcasts

Área de concentração: Jornalismo científico

Titulação: Especialista

Banca examinadora:

Daniela Tonelli Manica [Orientador]

Germana Fernandes Barata

Juliana Sangion Antonelli

Daniela de Oliveira Klebis

Data de entrega do trabalho definitivo: 22-02-2021

RESUMO

Este trabalho relata o processo de produção de quatro episódios narrativos de *podcast* sobre artigos científicos publicados em diferentes edições da *Revista de Antropologia* do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (DA/FFLCH/USP). O objetivo foi divulgar para um público não especializado o referido periódico, o que foi feito por meio de entrevistas com os autores dos artigos e de comentadores. Em decorrência da pandemia de covid-19, os episódios foram elaborados remotamente e foram utilizados equipamentos simples para desenvolvê-los, como um gravador de celular e um microfone de lapela, além de alguns *softwares* gratuitos: Anchor, Audacity e Apowersoft. Os episódios foram publicados no *Selvagerias Podcast*. Dentre a repercussão alcançada, o *Selvagerias* foi tema no *Boletim Ciências Sociais* da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), no *blog* de Antropologia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), no *site* do Centro Cultural São Paulo (CCSP) e em posts de alguns perfis voltados para conteúdos de Ciências Sociais nas redes sociais. O número de seguidores do *podcast* nos agregadores e nas redes sociais também cresceu. O público vem predominantemente do Brasil e de outros países da América Latina.

Palavras-chave: Jornalismo Científico. Divulgação Científica - Periódicos. Ciências sociais. Antropologia. Podcasts.

ABSTRACT

This document reports the process of producing four narrative podcast episodes about scientific articles published in different editions of the *Revista de Antropologia* from the Department of Anthropology of the Faculty of Philosophy, Literature and Human Sciences of the University of São Paulo (DA/FFLCH/USP). The objective was to disseminate the referred journal to a non-specialized public, which was done through interviews with the authors of the articles and commentators. As a result of the covid-19 pandemic, the episodes were elaborated remotely and simple equipment was used to develop them, such as a cellular recorder and a lapel microphone, as well as some free software: Anchor, Audacity and Apowersoft. The episodes were published in the *Selvagerias Podcast*. Among the repercussion achieved, the *Selvagerias* was a subject on the *Boletim Ciências Sociais* of the National Association of Graduate Studies and Researches in Social Sciences (Anpocs), on the Anthropology blog from the Federal University of Latin American Integration (Unila), on the website of the São Paulo Cultural Center (CCSP) and in posts of some profiles focused on social science content on social media. The number of podcast followers in aggregators and social media also grew. The public is predominantly from Brazil and other Latin American countries.

Keywords: Science Journalism. Scientific Divulcation - Periodicals. Social Sciences. Anthropology. Podcasts.

Sumário:

1.Ficha técnica do material:	7
1.1.Luena em Luanda: deslocamentos entre Brasil e Angola	7
1.2.A herança de Egon Schaden Avanhanmundajá	7
1.3.Gioconda Mussolini, a primeira antropóloga brasileira (título provisório)	8
1.4.Ações afirmativas na pós-graduação (título provisório)	8
2.Objetivos:	9
2.1.Objetivo Geral:	9
2.2.Objetivos Específicos:	9
3.Justificativa:	9
4.Métodos:	12
5.Cronograma:	15
6.Resultados Esperados:	16
7.Descrição e Entrega do Produto:	17
7.1.Luena em Luanda: deslocamentos entre Brasil e Angola	17
7.2.Ações afirmativas na pós-graduação	18
7.3.A herança de Egon Schaden Avanhanmundajá	18
7.4.Gioconda Mussolini, a primeira antropóloga brasileira	19
8.Bibliografia	20
9.Anexos	23
9.1.Reportagem sobre o artigo de Luena Nascimento Nunes Pereira (não publicada):	
23	
9.2.Perguntas da entrevista semi-dirigida com Luena:	26
9.3.Perguntas da entrevista com Osmundo:	28
9.4.Perguntas da entrevista com membros da COPAF	29
9.5.Perguntas da entrevista semi-dirigida com Pedro Martins	31
9.6.Perguntas da entrevista semi-dirigida com Andrea Ciacchi	32
9.7.Roteiro episódio “#5 - Luena em Luanda: deslocamentos entre Brasil e Angola”	33
9.8.Roteiro episódio “#6 - Ações afirmativas na pós-graduação”	46
9.9.Roteiro episódio “#7 - A herança de Egon Schaden Avanhanmundajá”	57
9.10.Pauta episódio “#8 - Gioconda Mussolini, a primeira antropóloga brasileira”	69

Divulgação de Artigos de um Periódico Científico de Antropologia

1.Ficha técnica do material:

1.1.Luena em Luanda: deslocamentos entre Brasil e Angola

Título: Luena em Luanda: deslocamentos entre Brasil e Angola

Resumo: Desde a década de 1930, quando o ensaio sociológico ganhou força no país com a publicação de livros como *Casa Grande e Senzala* e *Raízes do Brasil*, consolidou-se a ideia de que as Ciências Sociais brasileiras eram feitas por “brasileiros” e sobre o “Brasil”. No entanto, tal interpretação desconsidera a predominância de pesquisadores brancos de classe média e, em sua maioria, oriundos do Sudeste na produção científica nacional. Assim, Luena Nascimento Nunes Pereira, professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), fala sobre seu artigo “Alteridade e raça entre África e Brasil: branquidade e descentramentos nas ciências sociais brasileiras” (2020), publicado na *Revista de Antropologia*. A antropóloga reflete sobre o perfil dos cientistas sociais a partir de sua experiência de campo em Angola e em diálogo com a crítica decolonial e com os estudos teórico-metodológicos de Mariza Peirano. Neste episódio, contamos ainda com comentários de Osmundo Pinho, professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), e leituras de trechos dos artigos de Pereira e Peirano na voz de Lucas Lippi.
Tempo de duração: 38m20s

Autor: Tainá Scartezini Orssatto

Orientador: Daniela Tonelli Manica

Ano: 2021

Palavras-chave: Alteridade; Diferença; Raça; Branquidade; Antropologia Brasileira.

1.2.A herança de Egon Schaden Avanhanmundajá

Título: A herança de Egon Schaden Avanhanmundajá

Resumo: Quem foram os primeiros antropólogos, aqueles que estiveram lá, que testemunharam em tempo real e participaram na criação das instituições que hoje tomamos como garantidas? Neste episódio investigamos a trajetória de Egon Schaden, professor emérito de Antropologia da Universidade de São Paulo, um dos fundadores da Associação Brasileira de Antropologia e o fundador da *Revista de Antropologia* da USP. Para tanto, falamos com Pedro Martins, antropólogo da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e professor no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental. Pedro pesquisa a vida e a obra de Schaden

desde 2011 e é diretor do Instituto Egon Schaden, instituição que abriga o acervo deixado por Schaden.

Tempo de duração: 34 minutos

Autor: Tainá Scartezini Orssatto

Orientador: Daniela Tonelli Manica

Ano: 2021

Palavras-chave: Antropologia Brasileira; Egon Schaden; *Revista de Antropologia*.

1.3. Gioconda Mussolini, a primeira antropóloga brasileira (título provisório)

Título: Gioconda Mussolini, a primeira antropóloga brasileira (título provisório)

Resumo: ver pauta no anexo “9.10.Pauta episódio ‘#8 - Gioconda Mussolini, a primeira antropóloga brasileira”.

Tempo de duração: entre 30 e 40 minutos

Autor: Tainá Scartezini Orssatto

Orientador: Daniela Tonelli Manica

Ano: 2021

Palavras-chave: Antropologia Brasileira; Gioconda Mussolini; Antropologia e feminismo; Populações caiçaras.

1.4. Ações afirmativas na pós-graduação (título provisório)

Título: Ações afirmativas na pós-graduação (título provisório)

Resumo: Por que cotas na pós-graduação? Essa foi a pergunta que motivou Talita Lazarin dal Bo e Ana Letícia de Fiori, com conversamos neste episódio, a formularem em 2013 com outras colegas de pós-graduação uma proposta de ações afirmativas para o ingresso no mestrado e no doutorado em Antropologia Social da USP. Essa foi também a pergunta que guiou as reflexões do dossiê “Ações Afirmativas nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social”, publicado na Revista de Antropologia em 2017. O dossiê traz um conjunto de artigos que discutem os processos de implementação de cotas étnico-raciais em programas de pós-graduação em Antropologia. Aqui, passamos por dois desses artigos e voltamos um pouco no tempo para entender como surgiram as propostas de cotas e ações afirmativas no Brasil. No episódio, também falamos com Hugo Salustiano, que ingressou no mestrado em Antropologia da USP por cotas, sobre os desafios após o ingresso.

Tempo de duração: entre 30 e 40 minutos

Autor: Tainá Scartezini Orssatto

Orientador: Daniela Tonelli Manica

Ano: 2021

Palavras-chave: Ações Afirmativas; Cotas étnico-raciais; Permanência; Antropologia.

2.Objetivos:

2.1.Objetivo Geral:

Considerando que as Ciências Humanas são recorrentemente compelidas a seguir um padrão de produtividade e avaliação acadêmicas elaboradas de acordo com padrões de produção e circulação de conhecimento próprios de outros campos científicos, em particular das Ciências Exatas, o que reverbera no baixo desempenho dos periódicos de Ciências Humanas, quando comparados com os periódicos de Exatas ou Biológicas, e que por isso o uso de métricas alternativas, tal como o *Altmetric*, pode ser interessante para as humanidades, conforme constata Kish (2017), este trabalho tem por objetivo divulgar os artigos publicados na *Revista de Antropologia (RA)*, mantida pelo Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (DA/FFLCH/USP), assim contribuindo com a repercussão do periódico e do debate antropológico na esfera pública.

2.2.Objetivos Específicos:

- Aumentar a visibilidade da *RA* por meio da divulgação científica;
- Contribuir para a formação de uma cultura de divulgação científica dentro da comunidade de antropólogos;
- Ter pesquisas de Ciências Humanas como pauta principal de Ciência; e
- Difundir a Antropologia e seus temas de pesquisa entre jovens adultos estudantes universitários.

3.Justificativa:

Fundada em 1953 por Egon Schaden, a *Revista de Antropologia* é a primeira publicação especializada em Antropologia do Brasil. Antes dela, embora trabalhos antropológicos já fossem publicados em alguns periódicos, nenhum deles era exclusivamente dedicado à disciplina.

Dentre esses periódicos, merecem destaque a *Revista do Museu Paulista*, criada em 1895, e o *Boletim do Museu Emílio Goeldi*¹, criado em 1894, cujos trabalhos publicados eram predominantemente das “Ciências Naturais”, em particular da Botânica e da Zoologia. No caso da *Revista do Museu Paulista*, extinta em 1938 e reavivada em 1946, quando Sérgio Buarque de Holanda assumiu a direção do Museu e Herbert Baldus a da revista, seu enfoque passou a ser a produção antropológica e etnológica. No entanto, devido a uma série de dificuldades institucionais e financeiras, foi descontinuada em 1970 após a aposentadoria de Baldus (CORRÊA, 2003, p. 373). Já no caso do *Boletim do Museu Emílio Goeldi*, segundo Beltrão & Silva (2019), as políticas editoriais da publicação passaram por várias transformações ao longo do século XX que culminaram na criação de dois Boletins, a série Ciências Humanas e a série Ciências Naturais, ambos em atividade até hoje.

De modo geral, pode-se observar que os periódicos científicos brasileiros especializados em Antropologia se consolidam apenas na década de 1990. Duas das mais relevantes publicações da área foram fundadas nesse período, a *Horizontes Antropológicos*, em 1995², e a *Mana*, em 1996³, o que torna ainda mais surpreendente a longevidade da *RA*.

Para além de seu pioneirismo, a *Revista de Antropologia* também desempenhou papel central na história das Ciências Sociais em terras brasileiras, sendo o veículo oficial de publicação da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), criada no mesmo ano da *RA*, e também da Associação Brasileira de Sociologia (PEIXOTO & SIMÕES, 2003, p. 387; MONTERO, 2003, p. 412), entre 1959 e 1968. Assim, além das resenhas e dos artigos, as primeiras edições da *RA* contavam com notícias sobre os próximos eventos acadêmicos e tinham por objetivo informar à comunidade de antropólogos os resultados das pesquisas feitas no Brasil ou sobre o Brasil (SCHADEN, 1953).

Hoje, a *RA* mantém periodicidade quadrimestral, publicando de modo contínuo três números por ano, cujos artigos, resenhas e entrevistas, em português ou em inglês, podem ser submetidos em qualquer época do ano. Seguindo a tendência da maioria dos periódicos brasileiros e latino americanos - “o *Scimago Journal Rank (SJR, 2015)* aponta que, entre todos os periódicos da América Latina, 71% estão em acesso aberto” (SIQUEIRA KISH, 2017) - da submissão à publicação, todo o processo editorial é gratuito e a revista é de acesso aberto.

¹ Originalmente intitulado *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia* (Beltrão & Silva, 2019).

² Fonte: <https://www.ufrgs.br/ppgas/ha/index.php/pt/menu/linha-editorial>

³ Fonte: <http://www.revistamana.org/>

Por tanto, além de ser o periódico especializado mais antigo da área e de ter desempenhado funções institucionais para a ABA e a ABS, a *RA* também foi escolhida como foco deste trabalho de divulgação científica por conta de sua reconhecida relevância no campo. Conforme a classificação de periódicos da Qualis para o quadriênio de 2013-2016⁴, a revista foi considerada A2 e, ao realizar busca no *Scimago Journal Rank (SJR)*⁵ considerando somente revistas de acesso aberto, ela aparece em quarto lugar (de nove no total) com os filtros “*Social Sciences*” + “*Anthropology*” + “*Brazil*” + “*Journals*” + “2019”, atrás apenas do *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: ciências humanas* (terceiro), da *Mana: Estudos em Antropologia Social* (segundo) e da *Ethnobiology and Conservation* (primeiro), sendo que destes três periódicos somente a *Mana* é exclusivamente sobre Antropologia. Já com os filtros “*Social Sciences*” + “*Anthropology*” + “*Latin America*” + “*Journals*” + “2019” a revista aparece em décimo (de dezenove no total) e com os filtros “*Social Sciences*” + “*Anthropology*” + “*All regions*” + “*Journals*” + “2019” fica em quadragésimo sexto (de noventa e um no total), tendo o índice SJR de 0.170⁶.

No que se refere a escolha do formato sonoro, disponibilizado em *podcast*⁷, ela se deve a meu trabalho anterior com o *Selvagerias*⁸, um *podcast* de divulgação científica em Antropologia que desenvolvo em parceria com colegas da Universidade de São Paulo, onde me graduei em Ciências Sociais e onde curso mestrado em Antropologia Social, o que também explica em parte meu interesse por divulgar esta área de conhecimento. Em síntese, a vontade de trabalhar com a divulgação de pesquisas em Antropologia também está relacionada com a percepção de que a Antropologia feita no Brasil ou por pesquisadores brasileiros aparece pouco nos jornais nacionais e, quando aparece, em geral, não é como a notícia principal, mas na figura de um pesquisador comentando um fato qualquer a ser noticiado. É também por conta de minha formação em Antropologia, justamente pelo contato com os textos etnográficos e por perceber o potencial narrativo desta área, que optei por fazer episódios de *podcast* em formato narrativo. Diferente do

⁴ Elaborada pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e disponível em <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>, a Qualis é um sistema de avaliação e classificação da produção dos programas de pós-graduação brasileiros, o que inclui a produção dos periódicos nacionais, entre outras coisas.

⁵ O *SJR (Scimago Journal Rank)* é uma métrica baseada no *Scopus*, base de dados de citação da editora Elsevier, que mede o número de citações ponderadas de um periódico em um determinado ano pelo total de documentos publicados.

⁶ Pesquisa realizada em janeiro de 2021.

⁷ *Podcasts* são documentos digitais de áudio que podem ser baixados ou escutados por *streaming*.

⁸ Disponível em <https://open.spotify.com/show/41naVWvTgYCY1XkuuLkkEf>

formato roda de conversa ou entrevista, a narração possibilita outras formas de lidar com o material, tais como ambiências sonoras e construção de cenas.

Optei por publicar no *Selvagerias* para dar continuidade ao meu trabalho nesse canal, que já conta com 897 assinantes e 1431 ouvintes só no *Spotify*, sendo que estamos presentes em outras plataformas (Deezer, Soundcloud, Apple Podcast e Google Podcast). Pelo *Selvagerias*, em 2020, também participei de um evento sobre *podcasts* da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP) e escrevi com Lucas Lippi e Frederico Sabanay um artigo, a convite de Soraya Fleischer e Daniela Manica, antropólogas integrantes do *podcast* Mundaréu, relatando a experiência de fazer um *podcast* de Antropologia. O artigo faz parte de um livro sobre divulgação científica em humanidades que Fleischer e Manica submeteram a um edital da Editora da Unicamp para publicação de livros sobre divulgação científica. Em 2020, o *Selvagerias* apareceu também no “Boletim n.78 - Ciências Sociais e o Coronavírus” da Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais)⁹.

Já sobre o público-alvo, os episódios são destinados a estudantes universitários, em especial, estudantes de Ciências Humanas. A escolha do público condiz com o perfil de ouvintes de *podcast*, pois, de acordo com a Podpesquisa de 2019-2020¹⁰, os ouvintes de *podcast* são em sua maioria jovens adultos, com destaque para a faixa de 25 a 29 anos, e 57% deles possuem ensino superior completo, do restante, 31% tem superior incompleto e apenas 13% não possui ensino superior. Além disso, dentre as cinquenta e oito temáticas cobertas pelos programas, “Ciência” é a terceira mais ouvida, “História” é a quarta e “Sociedade e Cultura” a sétima, o que sinaliza a existência de um espaço para a divulgação das Ciências Humanas.

4.Métodos:

Para a escolha dos artigos a serem divulgados em cada episódio do *podcast*, inicialmente revisei todas as publicações dos últimos cinco anos da *Revista de Antropologia*, selecionando os resumos que despertaram minha atenção em virtude de sua contribuição para a Antropologia ou por seu apelo a algum tema em voga.

Assim, escolhi o artigo “Alteridade e raça entre África e Brasil: branquidade e descentramentos nas ciências sociais brasileiras” (2020), de Luena N. N. Pereira, tanto por

⁹ Disponível em <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2409-boletim-cientistas-sociais-n-78>

¹⁰ Disponível em <https://abpod.org/podpesquisa/>

sua relevância teórica, pois repensa a ideia fundadora das Ciências Sociais no Brasil, de que esta é “feita por brasileiros e sobre o Brasil”, como também por tocar em temas que pautaram o ano de 2020, a saber, racismo e lugar de fala. Após selecionar o artigo, pesquisei a trajetória acadêmica e pessoal da pesquisadora no Lattes, na Academia.edu, no sítio eletrônico da UFRRJ e em perfis de redes sociais a fim de estruturar as perguntas da entrevista semi-dirigida que viria a realizar com ela¹¹. Para a elaboração das perguntas também li o artigo de Mariza Peirano, citado por Pereira em seu trabalho. Considerando o diálogo entre os textos de Peirano e Pereira, selecionei trechos deles para que fossem lidos durante o episódio, tal como é feito no programa “Biblioteca Sonora” da Rádio USP¹² e no *podcast* 451 MHz¹³ da revista Quatro Cinco Um. Assim, pedi para meu colega de *podcast* Lucas Lippi que lesse os trechos e me encaminhasse a gravação. Pensando na avaliação por pares, também fui atrás de outra fonte para além da autora do artigo e, por sugestão de minha orientadora, Daniela T. Manica, entrei em contato com Osmundo Pinho para que comentasse o trabalho de Pereira¹⁴. Realizadas as entrevistas com Luena e Osmundo, tinha em mãos quase três horas de material, a maior parte (2h40m) eram da entrevista com Luena, do que transcrevi somente as partes mais importantes, e com as transcrições em mãos passei a elaboração do roteiro e a gravação de minha narração. Por fim, editei o episódio inteiro utilizando o Anchor (<https://anchor.fm/dashboard>).

De modo similar, a escolha dos artigos “A política da má vontade na implantação das cotas étnico-raciais” (2017), de Márcio Goldman e Gabriel Banaggia, e “O tempo e o vento: notas sobre a arte de burocratizar políticas de cotas na USP” (2017), de De Fiori *et ali.*, ambos publicados em um mesmo dossiê da *Revista de Antropologia*, foi motivada pelo diálogo que os textos têm com o contexto mundial de protestos antirracistas. No entanto, diferente dos outros episódios que partem de longas entrevistas com os autores do artigo em questão e que são narrativos, neste episódio alguns autores não tinham disponibilidade para uma entrevista em profundidade e outros não retornaram o contato. Portanto, fiz perguntas pontuais e convidei um estudante cotista do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da USP, o qual é foco do artigo de De Fiori *et ali.*, para falar sobre sua experiência como pessoa contemplada por uma política de ação afirmativa. Também realizei um breve levantamento sobre a história das cotas no Brasil. Assim, além de fazer a leitura dos dois artigos, consultei o dossiê da revista *Horizontes Antropológicos* sobre cotas (MACIEL & ALVES, 2005), como também as cartas dos intelectuais brasileiros contra

¹¹ Para as perguntas de Luena ver anexo 9.1.

¹² Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/sinopses/biblioteca-sonora/>

¹³ Disponível em: <https://open.spotify.com/show/2A8y9KISy9v3iQHc59dqw8>

¹⁴ Para as perguntas de Osmundo ver anexo 9.2.

e à favor das cotas, a Lei de Cotas, o Estatuto da Igualdade Racial e algumas reportagens relacionadas ao tema. Como no episódio anterior, após transcrever as respostas e ter realizado a pesquisa, passei para a escrita do roteiro. Estou utilizando o Audacity para editar.

Já no caso do episódio sobre Egon Schaden, decidi abordar a vida e o legado deste antropólogo por três razões: a primeira e principal, pois ele foi uma figura histórica para a disciplina; segundo, pois foi o fundador da *Revista de Antropologia*, o que era um modo de falar da revista também; e terceiro, pois em 2021 faz trinta anos de seu falecimento. Pensando justamente nessas grandes figuras da disciplina, optei por retomar também a trajetória de Gioconda Mussolini, que foi a primeira mulher brasileira a seguir profissionalmente a Antropologia, mas cuja obra ficou obscurecida por seu precoce falecimento, por sua condição de mulher e por desenvolver suas pesquisas sob paradigmas distintos aos de sua época, os quais eram pautados pela ideia de “aculturação”. Em ambos os casos, no episódio sobre Schaden e sobre Mussolini, lidei com dossiês publicados há mais de cinco anos. No primeiro caso, são dois dossiês, um de 2003 (cinquenta anos da revista) e outro de 2013 (centenário de Egon Schaden); e no segundo, o dossiê é de 2015. Nas duas situações, privilegiei um artigo como foco do episódio, sendo o entrevistado o autor do artigo, e usei os outros textos como fontes para a elaboração de perguntas ao entrevistado e para a escrita do roteiro. Em relação ao episódio sobre Egon Schaden, o artigo priorizado foi “Egon Schaden, um alemão catarinense” (2013), de Pedro Martins e Tânia Welter. Foram três horas de entrevista com Pedro, cujos principais trechos foram transcritos. Também utilizei trechos de uma entrevista que Schaden concedeu a Mariza Corrêa e trechos de um documentário sobre o antropólogo para compor o episódio. Estou usando o Audacity para editar. Em relação ao episódio sobre Gioconda Mussolini, ainda em fase de produção, o artigo priorizado foi “Do desembarque do navio ao embarque na canoa: Gioconda Mussolini” (2015), de Andrea Ciacchi.

Em suma, trabalhar com divulgação científica por meio sonoro e utilizando técnicas narrativas foi uma estratégia para aumentar a visibilidade da *Revista de Antropologia*. Por sua vez, o uso de uma mídia popular entre o público jovem pareceu ser um modo eficiente no transporte de um conteúdo científico-acadêmico para outras esferas de circulação e para difundi-lo entre novos sujeitos. De modo similar, de modo a difundir a Antropologia entre o público jovem adulto de estudantes universitários e inspirada em *podcasts* com 37

Graus¹⁵, Mundaréu¹⁶, *This American Life*¹⁷ e *The New Yorker Radio Hour*¹⁸, além do jornalismo literário, priorizei na construção do episódio final cenas de campo relatadas pela pesquisadora bem como acontecimentos pessoais por ela mencionados que pudessem apelar à imaginação e à sensibilidade do ouvinte, como a chegada dela na capital angolana pela primeira vez, o desconforto com as aulas de sociologia e o racismo velado de um colega antropólogo.

Ademais, optar por centralizar o episódio em um artigo fez da produção científica antropológica a pauta principal da audiorreportagem narrativa, abrindo a possibilidade de trabalhar múltiplos artigos em diferentes episódios, possibilidade esta que talvez não fosse possível caso a estratégia selecionada tivesse a *Revista de Antropologia* em si como foco do episódio ao invés de uma de suas publicações.

5. Cronograma¹⁹:

Para elaboração dos quatro episódios foi e continuará sendo seguido o seguinte cronograma:

	Elaboração de pauta	Entrevistas	Escrita de roteiro	Edição	Publicação
set/2020	X				
out/2020	X				
nov/2020		Entrevista com Luena			
dez/2020			"#5 - Luena em Luanda - deslocamentos entre Brasil e Angola"	"#5 - Luena em Luanda - deslocamentos entre Brasil e Angola"	
jan/2021	X	Entrevista com membros da COPAF	"#6 - Ações afirmativas na pós-graduação"	"#6 - Ações afirmativas na pós-graduação"	"#5 - Luena em Luanda - deslocamentos entre

¹⁵ Disponível em: <https://open.spotify.com/show/5dvalmeT4P8oIWcPfOm9GT>

¹⁶ Disponível em: <https://open.spotify.com/show/2DJBFV4wly0QIaxQpX8WRv>

¹⁷ Disponível em: <https://open.spotify.com/show/41zWZdWCpVQrKj7ykQnXRc>

¹⁸ Disponível em: <https://open.spotify.com/show/41zWZdWCpVQrKj7ykQnXRc>

¹⁹ Após a defesa deste trabalho de conclusão de curso, o cronograma foi alterado por conta de problemas na agenda dos entrevistados.

		sobre políticas afirmativas na pós-graduação + Entrevista com Pedro Martins sobre Egon Schagen +	+ “#7 - A herança de Egon Schaden Avanhanmu ndajá”		Brasil e Angola”
fev/2021		Entrevistas para “#8 - Gioconda Mussolini, a primeira antropóloga brasileira”		“#7 - A herança de Egon Schaden Avanhanmu ndajá”	#6 - Ações afirmativas na pós-graduação”
mar/2021			“#8 - Gioconda Mussolini, a primeira antropóloga brasileira”	“#8 - Gioconda Mussolini, a primeira antropóloga brasileira”	“#7 - A herança de Egon Schaden Avanhanmu ndajá
abr/2021					“#8 - Gioconda Mussolini, a primeira antropóloga brasileira”

6.Resultados Esperados:

A princípio, além de produzir dois episódios de *podcast* sobre dois artigos publicados na *Revista de Antropologia* nos últimos cinco anos, visava divulgar os novos números do periódico conforme eles fossem sendo publicados ao longo de 2020. Apesar de a publicação ocorrer de modo contínuo, os números são fechados em três épocas do ano: maio, agosto e dezembro. Assim, a intenção era selecionar alguns artigos e elaborar reportagens e/ou notas sobre a publicação dos mesmos. No entanto, tive dificuldade em ter acesso aos artigos antes de que fossem publicados, o que complicou a sincronização entre publicação e divulgação, pois todo o trabalho de apuração, leitura dos artigos, elaboração de pauta e escrita ficou posterior à publicação do artigo, quando este trabalho deveria ser feito antes para que ficasse pronto ao mesmo tempo que o número do

periódico. Considero esta dificuldade um sinal de desencontro entre o “tempo da notícia” e o “tempo da ciência”, cada qual com sua própria dinâmica de produção e circulação. Tal desencontro, entretanto, poderia ser contornado se houvesse uma cultura de divulgação científica dentro da revista, pois assim haveria uma compreensão mais precisa do processo jornalístico e de divulgação. De todo modo, acredito que minha participação em reuniões da revista e conversas com uma das editoras, Laura Moutinho, nas quais comentamos sobre a indexação da revista no portal Scielo, uma possível entrada na aBori e o uso do Altmetric, são um primeiro passo no caminho para a construção de uma cultura de divulgação científica entre a comunidade de antropólogos responsáveis pela revista.

É oportuno mencionar que cheguei a elaborar uma reportagem sobre o artigo “Alteridade e raça entre África e Brasil: branquidade e descentramentos nas ciências sociais brasileiras” de Pereira²⁰, o qual posteriormente selecionei para o desenvolvimento do episódio “Luena em Luanda: deslocamentos entre Brasil e Angola”. Todavia, não consegui publicar a reportagem em nenhum veículo, mesmo tendo entrado em contato com o Jornal da USP e da UFRRJ, bem como com a autora e com a editora da *RA*. Como a reportagem não foi publicada, utilizei partes dela que traziam dados sobre a presença de pessoas negras, pardas e indígenas no ensino superior no roteiro sobre ações afirmativas.

Com os quatro episódios espero contribuir para a visibilidade da *Revista de Antropologia*, seja por meio do aumento do número de visualizações ou de *downloads* do periódico ou dos artigos abordados em cada programa. Espero também contribuir com a difusão de temas antropológicos para além da comunidade acadêmica.

7. Descrição e Entrega do Produto:

7.1. Luena em Luanda: deslocamentos entre Brasil e Angola

Após uma breve introdução sobre o programa *Selvagerias* e o episódio propriamente dito, “Luena em Luanda” começa. Com 38m20s, o episódio é composto por três blocos. No primeiro, é feita uma contextualização da pesquisa da Luena, na qual a pesquisadora fala sobre seu trabalho de campo e sua trajetória, além de contextualizações históricas sobre Angola e os Bakongo, povo entre o qual Luena realizou pesquisa de campo, também serem trazidas. No segundo, o já referido artigo de Luena é discutido, sendo que entre o primeiro e o segundo bloco há um interlúdio com leituras dos artigos de Pereira (2020) e de Peirano (1999) na voz de Lucas Lippi. Por fim, no último bloco, o menor

²⁰ Disponível no anexo 9.1

dos três, Osmundo Pinho, antropólogo que pesquisa temáticas semelhantes a de Luena N. N. Pereira, comenta a relação entre o artigo dela e o de Peirano. Ao longo do programa são construídas pequenas cenas narrativas, como é o caso da chegada de Luena em Luanda pela primeira vez e de uma situação de racismo vivida pela pesquisadora. O episódio foi publicado na primeira semana de janeiro no *Selvagerias* e divulgado nas redes sociais do mesmo.

7.2. Ações afirmativas na pós-graduação

Conforme o episódio anterior, após uma breve introdução sobre o programa *Selvagerias* e o episódio propriamente dito, “Ações afirmativas na pós-graduação” começa. O episódio tem três partes. A primeira retoma o histórico da política de cotas no Brasil e o intenso debate público que se seguiu a isso, inserindo a Antropologia e os antropólogos nesse debate. Na segunda, são comentados dois artigos do dossiê sobre Ações Afirmativas da RA, os quais focam no processo de implementação de cotas étnico-raciais nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e da USP. Nessa parte também é trazido o relato da Talita Lazarin dal Bo, uma das autoras de um dos artigos, contando um pouco sobre como surgiu a proposta de cotas na USP. Por último, conversamos com Hugo Salustiano, aluno negro optante por cotas, sobre a abertura epistemológica da Antropologia para outros saberes e sobre quais são os desafios dos estudantes cotistas após o ingresso. O episódio será publicado em fevereiro²¹ no *Selvagerias* e divulgado nas redes sociais do mesmo.

7.3. A herança de Egon Schaden Avanhanmundajá

Conforme os outros episódios, após uma breve introdução sobre o programa *Selvagerias* e o episódio propriamente dito, “A herança de Egon Schaden Avanhanmundajá” começa. Em dois blocos, o episódio investiga a vida e a obra de Egon Schaden. A primeira parte foca nos primeiros anos da vida do pesquisador no interior de Santa Catarina, na influência que o autodidatismo do pai teve sobre Schaden e no que o levou a seguir uma carreira acadêmica na Antropologia. Por sua vez, a segunda parte é centrada na vida do pesquisador já em São Paulo e em seu legado: a obra, as aulas e a *Revista de Antropologia*. De modo geral, a narrativa procura construir Egon como um personagem, o que é feito por meio de relatos descritivos sobre ele e suas aulas. Também

²¹ A data foi alterada e o episódio será publicado em maio.

são dadas descrições sobre a cidade natal do pesquisador. O episódio será publicado em março no *Selvagerias* e divulgado nas redes sociais do mesmo²².

7.4. Gioconda Mussolini, a primeira antropóloga brasileira

Este episódio procura divulgar o dossiê “Gioconda Mussolini”, publicado em 2015 na *RA*, por meio de uma entrevista com Andrea Ciacchi, organizador do dossiê e autor de um dos artigos sobre a antropóloga Gioconda Mussolini. Ainda em etapa de apuração, a pauta completa do episódio está disponível no anexo “9.10.Pauta do episódio #8 - Gioconda Mussolini, a primeira antropóloga brasileira”. Dando prosseguimento a periodicidade de um episódio por mês, o programa será publicado no *Selvagerias* em abril e divulgado nas redes sociais do mesmo.

²² A data foi alterada e o episódio foi publicado em fevereiro.

8. Bibliografia

- 37 GRAUS. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/5dvalmeT4P8oIWcPfOm9GT>
451 MHz. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/2A8y9KISy9v3iQHc59dqw8>
- BIBLIOTECA SONORA. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/sinopses/biblioteca-sonora/>
- BRASIL, Qualis Periódicos.
<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>
- BELTRÃO, Jimena Felipe; SILVA, Taíse Cruz. Trajetória e novos rumos das políticas editoriais do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. *Pesquisa Brasileira da Ciência da Informação e Biblioteconomia*, Vol. 14, No 4, 2019. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1981-0695.2019v14n4.49785>
- CIACCHI, A. Do desembarque do navio ao embarque na canoa: Gioconda Mussolini, 1886-1938. *Revista De Antropologia*, 2015, 58(2), 69-98. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2015.108512>
- CIACCHI, A. Dossiê: Gioconda Mussolini. *Revista De Antropologia*, 2015, 58(2), 6-9. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2015.108517>
- CIACCHI, A. Gioconda Mussolini: uma travessia bibliográfica. *Revista De Antropologia*, 2007 50(1), 181-223. <https://doi.org/10.1590/S0034-77012007000100005>
- CORRÊA, M. Revista de Antropologia: 1953-2003 uma revista para muitas histórias. *Revista De Antropologia*, 2003, 46(2), 2003, 369-381. <https://doi.org/10.1590/S0034-77012003000200008>
- De Fiori, A. L., Assênsio, C. B., Andrade, F., Teixeira, J. M., Patriarca, L., & dal Bo, T. L. O tempo e o vento: notas sobre a arte de burocratizar políticas de cotas na USP. *Revista De Antropologia*, 60(1), 2017, 55-83. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2017.132101>
- FLEISCHER, Soraya; MANICA, Daniela. Ativando a escuta em tempos pandêmicos. Boletim n.78 - Ciências Sociais e coronavírus. 07 de julho de 2020.
- GERBER, R. M. Nos passos de Gioconda Mussolini, a construção de uma etnografia sobre invisibilidades e mulheres pescadoras. *Revista De Antropologia*, 2015, 58(2), 99-116. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2015.108514>
- GOLDMAN, M., & BANAGGIA, G. A política da má vontade na implantação das cotas étnico-raciais. *Revista De Antropologia*, 60(1), 2017, 16-34. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2017.132062>
- LARAIA, R. B. A etnologia de Egon Schaden. *Revista De Antropologia*, 2013, 56(1), 427-439. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2013.64507>

MACIEL, Maria Eunice de Souza; ALVES, Caleb Faria. Apresentação. *Horiz. antropol.* v.11 n.23 Porto Alegre jan./jun. 2005

MARRAS, S. Pessoa e instituição: entrevista com João Baptista Borges Pereira. *Revista De Antropologia*, 2003, 46(2), 319-345. <https://doi.org/10.1590/S0034-77012003000200002>

MARTINS, P., & WELTER, T. Egon Schaden, um alemão catarinense. *Revista De Antropologia*, 2013, 56(1), 441-468. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2013.64510>

MONTERO, P. Revista de Antropologia, a marca da tradição . *Revista De Antropologia*, 2003, 46(2), 411-422. <https://doi.org/10.1590/S0034-77012003000200010>

MUNDARÉU. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/2DJBFV4wly0QlaxQpX8WRv>

PEIRANO, Mariza. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In: Sérgio Miceli (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). Antropologia (volume I)*. São Paulo, Editora Sumaré, 1999, p. 225-266.

PEIXOTO, F. A., & SIMÕES, J. A. A Revista de Antropologia e as ciências sociais em São Paulo: notas sobre uma cena e alguns debates. *Revista De Antropologia*, 2003, 46(2), 383-409. <https://doi.org/10.1590/S0034-77012003000200009>

PEREIRA, J. B. B. Egon Schaden: a pessoa e o acadêmico. *Revista De Antropologia*, 2013, 56(1), 469-482. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2013.64514>

PEREIRA, J. B. B. Emilio Willems e Egon Schaden na história da Antropologia. *Estud. av. vol.8 no.22* São Paulo Sept./Dec. 1994.

PEREIRA, J. B. B. Lembrando Egon Schaden. *Rev. Inst. Est. Bras., SP*, 1992, 33:9-12. Originalmente publicado no *Jornal da USP*, 7 a 13/10/91, p. 2.

PEREIRA, L. N. N. Alteridade e raça entre África e Brasil: branquidade e descentramentos nas ciências sociais brasileiras. *Revista De Antropologia*, 63(2), 2020, e170727. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2020.170727>

Podpesquisa 2019. <https://abpod.org/podpesquisa/>

SCHADEN, E. Apresentação. *Revista De Antropologia*, 1(1), 1953, 01-04. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1953.130570>

SCImago, (n.d.). SJR — SCImago Journal & Country Rank [Portal]. Retrieved *Date you Retrieve*, from <http://www.scimagojr.com>

SELVAGERIAS. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/41naVWvTgYCY1XkuuLkkEf>

SIQUEIRA KISH, Kátia Harumy de. *Caminhos para a visibilidade internacional: um estudo de caso sobre as estratégias de divulgação de três periódicos brasileiros de Ciências Humanas*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2017.

THE NEW YORKER RADIO HOUR. Disponível em:
<https://open.spotify.com/show/41zWZdWCpVQrKj7ykQnXRc>

THIS AMERICAN LIFE. Disponível em:
<https://open.spotify.com/show/41zWZdWCpVQrKj7ykQnXRc>

9. Anexos

9.1. Reportagem sobre o artigo de Luena Nascimento Nunes Pereira (não publicada):

Título: Para superar a noção de alteridade é preciso interrogar a “branquidade”, defende a antropóloga Luena Pereira.

Linha fina: Artigo levanta debate sobre o lugar de fala dos cientistas sociais brasileiros.

Por Tainá Scartezini.

Em artigo publicado na [Revista de Antropologia](#), Luena Nascimento Nunes Pereira, professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS/UFRRJ), discute a identidade dos pesquisadores brasileiros e as implicações de tal na produção de conhecimento.

Um pesquisador vindo da Europa aporta em uma terra distante, em geral, localizada nos trópicos ou em uma das ex-colônias de seu país de origem. O estrangeiro, conhecido em sua terra natal como antropólogo, viaja buscando compreender os modos de vida de outros povos. Esse foi o paradigma da pesquisa antropológica desde Bronislaw Malinowski, antropólogo de origem polonesa e um dos responsáveis pela criação do método etnográfico, cuja base é a pesquisa de campo na qual o pesquisador vive entre os pesquisados, chamados de “nativos”, por um longo período.

Todavia, na antropologia brasileira, o paradigma vigente é outro: é de que ela é “feita por ‘brasileiros’ sobre o ‘Brasil’”, escreve Pereira, que questiona tal ideia.

A reflexão é resultado da pesquisa de campo da antropóloga em Angola – onde foi reconhecida como “estrangeira” e “mestiça” e de sua participação no *Coletivo de Antropólogos Negrxs*, criado em 2018 na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA).

Considerando o efeito das ações afirmativas na transformação étnico-raciais e socioeconômicas no perfil dos estudantes brasileiros que frequentam instituições de ensino superior, Pereira aponta que sempre existiram assimetrias e diferenças entre os antropólogos brasileiros e seus sujeitos de pesquisa, pois, geralmente, os primeiros eram brancos e os segundos não.

Assim, para superar a racialização dos “nativos”, é preciso interrogar a “branquidade”, argumenta, racializando também o perfil dos próprios antropólogos de modo a situá-los socialmente.

Contudo, num país de maioria negra, o quadro docente das universidades brasileiras ainda não reflete a diversidade étnico-racial nacional, apesar das mudanças no perfil dos alunos das mesmas instituições.

Segundo dados do *Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua 2018*, mais da metade da população brasileira é composta por pretos, pardos e indígenas. Pardos correspondem a 46,5% da população, pretos a 9,3% e indígenas a 0,4%. Brancos e amarelos equivalem a 43,1% e 0,7%, respectivamente.

No entanto, apenas 23% dos docentes vinculados a programas de pós-graduação na área de ciências sociais (antropologia, sociologia, ciência política e relações internacionais) credenciados pela CAPES no ano de 2017 são não-brancos, dos quais 12% são pardos e 3% pretos. Os dados são do *Boletim OCS Raça e Gênero nas Ciências Sociais: o perfil da pós-graduação no Brasil (2018)* elaborado pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (GEMAA/IESP/UERJ).

Diferente do IBGE, que segue o critério de autodeclaração, o *Boletim OCS* seguiu o critério de heteroclassificação, ou seja, processo no qual a identificação das pessoas analisadas não é feita pelas próprias pessoas. No caso do boletim, a classificação baseou-se em fotografias disponibilizadas na plataforma Lattes, mas manteve as categorias de cor/raça utilizadas pelo IBGE (preto, pardo, amarelo, indígena e branco).

ARTIGO:

PEREIRA, L. N. N. Alteridade e raça entre África e Brasil: branquidade e descentramentos nas ciências sociais brasileiras. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 63, n. 2, 2020. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2020.170727. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/170727>. Acesso em: 20 out. 2020.

Fontes:

BOLETIM OCS Nº1: *Raça e Gênero nas Ciências Sociais*: o perfil da pós-graduação no Brasil Marcia Rangel Candido • João Feres Júnior • Luiz Augusto Campos, 2018. Disponível em: <http://ocs.iesp.uerj.br/boletins/boletim1/>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=downloads>. Acesso em: 20 de out. 2020.

9.2.Perguntas da entrevista semi-dirigida com Luena:

Bloco 1 - perguntas narrativas:

- Você poderia contar como foi quando chegou pela primeira vez em Angola? Qual a impressão que teve do lugar? O que você sentiu? Foi em Luanda mesmo?
- Pode me descrever como é Luanda, a capital da Angola?
- Como é o *campus* da UFRRJ? Desde quando dá aula lá?

Bloco 2 - perguntas sobre a trajetória da pesquisadora:

- Você é carioca, certo? Poderia contar um pouco de onde você vem e o que te levou a estudar ciências sociais e antropologia?
- Desde seu trabalho e conclusão de curso você realiza pesquisa sobre angolanos. Como foi que se interessou pelo tema e em especial pela questão dos regressados?
- Poderia explicar quem são os regressados, os Bakongos?
- O que despertou seu interesse pelas temáticas de gênero e raça?
- Ser filha de um casal inter-racial repercutiu na sua pesquisa? Se sim, de que modo?
- O que são as crianças-feiticeiras? E qual a relação delas com as ONGs e o Estado angolano?
- Mais recentemente você tem se dedicado a pesquisar literatura infantojuvenil afro-brasileira e a Lei 10.639, que obriga a inclusão de conteúdos de Histórias e Culturas africanas e Afro-brasileiras no currículo escolar do ensino básico. Pode falar um pouco sobre isso?

Bloco 3 - perguntas sobre o artigo da RA:

- No artigo “Alteridade e raça entre África e Brasil : branquidade e descentramentos nas ciências” você conta que seu pai foi casado e teve filhos com uma angolana. Qual impacto isso teve na sua entrada em campo?
- Qual a relação entre identidade étnica, nacionalismo e religião no seu campo?
- Você poderia definir brevemente o que os termos interseccionalidade, marcadores sociais da diferença, negritude e branquitude significam?

- No resumo do seu livro “Os Bakongo de Angola: Religião, Política e Parentesco num bairro de Luanda”, fruto de sua tese de doutorado na USP, fala que você fez seu campo em 3 viagens para Angola. Quando elas aconteceram? Quanto tempo duraram? Onde você ficou? Depois disso você voltou para Angola?
- No referido artigo, publicado na Revista de Antropologia, você problematiza a recorrente imagem das ciências sociais brasileiras como sendo feitas por brasileiros e sobre o Brasil. As ciências sociais brasileiras são, então, feitas por quem e sobre o quê?
- Apontando para o fato da antropologia brasileira ter sido até agora feita majoritariamente por corpos brancos, você escreve que “Ora, ao relativizar a noção de alteridade da antropologia brasileira por meio da categorização de diferentes “nativos” internos, Peirano define, embora não explicitamente, o lugar do antropólogo brasileiro enquanto um não índio, um não negro, um não camponês. Esse lugar aparece através de um “nós” absolutamente naturalizado”. Poderia comentar mais sobre a crítica à Mariza Peirano?
- Você também comenta no artigo “Alteridade e raça entre África e Brasil: branquidade e descentramentos nas ciências” que faz parte do *Comitê de Antropólogos Negros* da ABA. O que motivou a criação do coletivo? Parte da sua discussão vem de um diálogo com outros pesquisadores do comitê?

9.3.Perguntas da entrevista com Osmundo:

Pedi ao pesquisador que relacionasse o artigo “Alteridade e raça entre África e Brasil: branquidade e descentramentos nas ciências sociais brasileiras” da Luena Nascimento Nunes Pereira com o artigo “Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada)” da Mariza Peirano.

9.4.Perguntas da entrevista com membros da COPAF²³

Perguntas para Jacqueline Moraes Teixeira:

- Você poderia se apresentar brevemente?
- Após o ingresso, quais são as dificuldades dos estudantes optantes pelas ações afirmativas e o que é possível fazer para reduzi-las?
- Vocês ainda fazem parte da Comissão de Ações Afirmativas? Quem pode participar da Comissão?
- Há algo que não foi perguntado e você gostaria de falar?

Perguntas para Talita Lazzarin Dal Bo:

- Você poderia se apresentar brevemente?
- O que motivou o início do debate sobre cotas na pós-graduação lá em 2013? Teve relação com a greve de 2013 na USP e/ou com as recém aprovadas cotas no PPGAS do Museu Nacional?
- A proposta de ações afirmativas que vocês encaminharam foi arquivada em 2015 pela reitoria USP, contrariando normas da própria universidade, e no ano de 2017 temos o primeiro edital do PPGAS/USP (para ingresso no ano de 2018) a contemplar ações afirmativas, certo? O dossiê “Ações afirmativas nos Programas de Pós-graduação em Antropologia Social” (2017) foi uma forma de pressionar a reitoria pelo desarquivamento do processo, ou o processo já havia sido desarquivado?
- Vocês ainda fazem parte da Comissão de Ações Afirmativas? Quem pode participar da Comissão?
- Há algo que não foi perguntada e você gostaria de falar?

Perguntas para Ana Letícia de Fiori:

- Você poderia se apresentar brevemente?
- No artigo “O tempo e o vento: notas sobre a arte de burocratizar políticas afirmativas na USP” vocês falam de uma diferença no “tempo das mudanças sociais” e o “tempo das mudanças institucionais”. Você poderia comentar um pouco mais sobre isso?
- Vocês ainda fazem parte da Comissão de Ações Afirmativas? Quem pode participar da Comissão?

²³ Comissão Permanente de Ações Afirmativas.

- Há algo que não foi perguntada e você gostaria de falar?

Perguntas para Hugo (discente do PPGAS/USP e membro da COPAF):

- Você poderia se apresentar brevemente?
- O nome ainda é Comissão Permanente de Ações Afirmativas? Qual a diferença entre a CPAA e a COPAF?
- O que representa ter ações afirmativas num programa de pós-graduação em antropologia?
- Após o ingresso, quais são as dificuldades dos estudantes optantes pelas ações afirmativas e o que é possível fazer para reduzi-las?
- Há algo que não foi perguntada e você gostaria de falar?

9.5.Perguntas da entrevista semi-dirigida com Pedro Martins

- Quem foi Egon Schaden? Qual a contribuição dele para a antropologia?
- Você que conheceu o Egon pelas fotos, poderia descrever ele? Qual a característica dele que você ressaltaria? O que é mais marcante dele para você?
- Poderia descrever São Bonifácio?
- Como surgiu a iniciativa de criação do Instituto? Qual a relação do Instituto com o Seminário de 100 anos de Egon Schaden?
- Poderia contar um pouco sobre o seminário?
- O que tem no acervo do Instituto Egon Schaden? Como estão as pesquisas, o material está catalogado?
- Como você se deparou com a história do Schaden e veio a escrever o “Egon Schaden, um alemão catarinense” com a Tânia?
- Como foi o processo de entender e consolidar a produção intelectual e o acervo de um pesquisador em patrimônio cultural da cidade?

9.6.Perguntas da entrevista semi-dirigida com Andrea Ciacchi

Bloco 1 - perguntas introdutórias:

- Por curiosidade, você é italiano?
- Você chegou a conhecer São Sebastião e Ilhabela, os locais em que Gioconda realizou pesquisa de campo?
- Como você se interessou pela obra da Gioconda Mussolini e decidiu pesquisá-la? Poderia falar sobre o contexto de descoberta?

Bloco 2 - perguntas sobre o artigo da RA:

- Quem foi Gioconda Mussolini e qual a contribuição dela para a antropologia? Por que lê-la hoje?
- Você fala no artigo que ela foi aluna da sociedade de etnografia e folclore. Poderia comentar mais da relação dela com o grupo da Diná Dreyfus, Lévi-Strauss e Mario de Andrade?
- Qual a diferença metodológica entre os estudos de comunidade, o culturalismo teuto-brasileiro e o trabalho da Gioconda?
- Por que, afinal, ela não conseguiu defender sua tese de doutorado? E sobre o que era essa tese?
- No artigo, você comenta sobre o impacto que a falta do doutorado teve na carreira da Gioconda. O que isso tem a ver com o funcionamento do antigo sistema de cátedras universitárias? A falta da tese afetou as disputas em torno da sucessão e da chefia da cadeira de Antropologia da FFCL nos anos 1960?
- Além disso, o fato dela ser mulher impactou a carreira acadêmica dela? Como era ser uma mulher pesquisadora naqueles tempos?
- A morte precoce da Gioconda também teria contribuído para o esquecimento dela? Poderia falar mais sobre o falecimento dela?

9.7.Roteiro episódio “#5 - Luena em Luanda: deslocamentos entre Brasil e Angola”

Tainá [acompanhada de trilha sonora]: Oi. Eu sou a Tai e esse é o Selvagerias, um podcast de antropologia. Aqui, só nos interessa o que não é nosso.

[Homenagem na voz da **Tainá**]: Gostaríamos de homenagear as populações tradicionais, originárias ou trazidas a esta terra sobre a qual produzimos este podcast. Sem elas nada disso existiria: nem um corpo, nenhuma ideia. Pelos emigrados, pelos traficados e pelos *touristes* no país da cobra grande. Este podcast se destina a todos os curiosos, profissionais ou amadores.

[pausa]

[entra trilha sonora]

Tainá: Você já se perguntou que cara tem um antropólogo? Bom, pra este episódio eu entrevistei a Luena Nascimento Nunes Pereira, professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e integrante do Comitê de Antropólogas e Antropólogos Negras e Negros da Associação Brasileira de Antropologia. Durante a conversa falamos sobre a origem social dos antropólogos e de onde parte o discurso desses pesquisadores. Ao longo do episódio, também contamos com comentários de Osmundo Pinho, professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, além de leituras, na voz de Lucas Lippi, de trechos do recente artigo da professora Luena, “Alteridade e raça entre África e Brasil: branquidade e descentramentos nas ciências sociais brasileiras”, publicado na Revista de Antropologia, e de um texto canônico da Antropologia Brasileira, “Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada)”, escrito pela professora aposentada da Universidade de Brasília Mariza Peirano e disponível na coletânea “O que ler na ciência social brasileira”.

[fim trilha sonora]

Tainá: Antes de começar, queremos pedir desculpas para você ouvinte por conta de nossa ausência ao longo deste ano. 2020 foi difícil. A Bia deixou o podcast e, agora, por conta da pandemia de covid-19, estamos produzindo cada um em sua própria casa, não mais no Laboratório de Imagem e Som em Antropologia da USP. Vamos então para a entrevista.

[trilha sonora de passagem]

Luena [1:28:59 no áudio da entrevista]: Bom, eu lembro de um desconforto de uma aula de Sociologia, Sociologia dois. Eu lembro como se fosse ontem, eu não consigo lembrar o nome da professora, impressionante, mas lembro dela falar sobre teoria. Acho que ela tava falando de modernização, Weber, e dali a pouco ela começa a fala nós, nós, nós... e esse nós era esse nós mais estático, nós a Ciência, né. Nós a Ciência, nós o Ocidente! Que no fundo era isso que ela tava falando: ela tava falando de modernização, ela tava falando de quem não era moderno e que de alguma maneira ela tava falando desse nós moderno. E eu lembro que eu olhava e, assim, mas quem é esse nós?

Tainá: Foi essa inquietação com esse tal “nós”, fruto de sua posição deslocada na Antropologia Brasileira - afinal, Luena é uma antropóloga negra que realiza pesquisa em África e não no Brasil - aliada à sua experiência de campo em Angola que motivaram Luena a escrever no artigo “Alteridade e raça entre África e Brasil” o seguinte:

Lucas [acompanhado de trilha]:

Parto da minha experiência de campo em Angola e dos desafios que a minha condição de estrangeira e mestiça me impuseram em campo para pensar como corpos negros podem fazer diferença na chamada Antropologia Brasileira até agora produzida majoritariamente por corpos brancos que raramente se pensam a partir deste lugar.

Tainá: Mas e aí, como era estar em Angola naquela época?

Luena [minuto 9:14 até 13:00 com alguns cortes]: Estar em Angola naquela época tem aspectos de familiaridade, né, e tem aspectos de forte alteridade. Era a primeira vez que eu tava em África e isso sempre gera muitas expectativas, né. E é interessante porque Luanda é uma cidade conhecida pela literatura... Ah! Isso é interessante porque eu já tinha lido muita coisa sobre Angola, né, como meu pai /
[interromper a fala para explicar quem foi o pai dela]

Tainá [acompanhada de trilha]: O pai de Luena, José Maria Nunes Pereira Conceição foi um sociólogo brasileiro filho de portugueses que pesquisou História Africana e se envolveu com os movimentos anticoloniais angolanos. Luana é também sobrinha de Beatriz Nascimento, importante intelectual brasileira e ativista pelos direitos de mulheres e negros.

Luena: Era a primeira vez que eu tava em África e isso sempre gera muitas expectativas, né. E é interessante porque Luanda é uma cidade conhecida pela literatura... Ah! Isso é interessante porque eu já tinha lido muita coisa sobre Angola, né, como meu pai era um pesquisador de estudos africanos, é um sociólogo, tinha fundado o Centro de Estudos Afro-asiáticos no Rio de Janeiro na Universidade Cândido Mendes, ele próprio tinha pesquisas sobre Angola e era um professor de História da África e de Relações Internacionais, então, assim, eu tinha muita leitura. E conhecia por fotos e tal, não é que chegasse lá num vazio, né, mas nada se compara com quando a gente chega num lugar, né.

[entra trilha sonora]

E a primeira pista que eu tenho quando chego na pista do avião é de um enorme terreno arenoso, muito arenoso e vermelho, que é uma areia vermelha que recobre toda a cidade, a periferia de Luanda.

[pausa, trilha continua]

Tainá: Luena chegou pela primeira vez em Angola, via Luanda, a capital do país, em 1998. A cidade está localizada na parte norte de Angola, numa região semiárida, bastante seca e poeirenta, e é conhecida desde o tempo colonial pela divisão entre “a cidade de asfalto” e o “museke”, como são chamados os bairros periféricos. Museke é também...

Luena: Um termo em quimbundo que significa areia vermelha e é justamente essa areia vermelha que se dispersa pela cidade inteira, né. E eu sou uma pessoa alérgica, então quando eu chego em Angola essa sensação dessa poeira que meio que perpassa o ar da cidade, né, que filtra a Lua, inclusive quando o sol se põe ela tem um pôr do sol belíssimo e tem uma lua muito bonita também - tem um samba do Martinho da Vila que fala da lua de Luanda que vai iluminar a rua, né - e realmente é um luar belo porque o ar é um pouco impregnado dessa poeira.

[fim da trilha sonora]

Tainá: Uma paisagem linda e caótica ao mesmo tempo. Conforme a pesquisadora me relata por telefone, no final da década de noventa, a capital angolana também era marcada pelo trânsito infernal, pela limpeza urbana precária e pela crise de abastecimento urbana. Em 1998, o país ainda estava em guerra. Iniciada em 1975, logo em seguida à Guerra pela Independência de Angola contra Portugal, a Guerra Civil Angolana durou até 2002, tendo tido alguns intervalos. Após a Guerra pela Independência, o movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) assumiu o poder, mas teve sua autoridade questionada pela União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Ambos, MPLA e UNITA

tinham tendências socialistas e lutaram pela libertação de Angola junto a [Frente Nacional de Libertação de Angola](#) (FNLA), embora a UNITA tenha se aliado aos Estados Unidos, em contraposição à aliança estabelecida pelo MPLA com a União Soviética. Apesar de suas semelhanças, tensões surgiram entre os movimentos, pois MPLA e UNITA tinham raízes diferentes na sociedade angolana. Apesar disso, a Guerra Civil nunca tomou Luanda por completo e muitas pessoas migraram para a capital angolana em busca de refúgio. A população da cidade cresceu e o abastecimento urbano, já precário em virtude da guerra e do estado desmantelado, entrou em crise.

Luena [minuto 16 do áudio]: Angola fez uma independência revolucionária, uma independência após uma guerra anticolonial, e o partido que assume o poder, que é o Movimento Popular de Libertação de Angola, o MPLA, ele faz uma independência com uma economia com poder socialista, né, com uma política socialista, com uma economia socializante e de expulsão. Evidentemente, foi uma guerra de expulsão dos portugueses, né, assim, os portugueses saíram, 1 milhão de portugueses saem do país, 500 mil angolanos saem do país nesse momento. A economia se desorganiza enormemente e a partir de então o Estado começa a ter crises de abastecimento, filas, aquelas filas com cartões para você poder tirar alimentos, tirar produtos, né, e isso abre espaço nos anos 80 para o comércio informal, um comércio, na verdade, ilegal, que era organizado fundamentalmente, justamente, pelos regressados que eu estudei. Então, isso é uma discussão que eu faço no meu mestrado porque o lugar de comércio informal é ocupado por esses regressados, esses ex-exilados que retornam para Angola, para Luanda, e um desses mercados que é muito importante é o mercado Roque Santeiro, que é um mercado gigantesco! Era o segundo maior mercado, na época, em África, só perdia para um mercado imenso na Nigéria, que agora esqueci o nome, e era uma coisa extraordinária.

[entra trilha sonora]

Tainá: Aberto em 1991 e fechado em 2011, o Mercado Popular da Boavista foi renomeado como Mercado Roque Santeiro por conta da novela brasileira de mesmo nome, a qual foi exibida originalmente em 1986 e reexibida entre 1991 e 1992. Para ter uma noção do tamanho que o mercado tinha, sua área equivalia a algo como cinco campos de futebol. Os mercados públicos cresceram muito em Angola durante a Guerra Civil, justamente por conta da crise de abastecimento. E Luena fez pesquisa de campo entre um dos grupos que organizavam esses mercados: os regressados, que eram um grupo de refugiados na época da Guerra Anticolonial de Angola contra Portugal que retornaram para Angola,

vindos dos dois Congo, após a independência do país nos anos 1970. Os regressados são parte do grupo Bakongo, a terceira maior etnia angolana dentre os dez grupos étnico-linguísticos reconhecidos, e habitam um território que hoje está dividido entre a Angola, a República do Congo (também chamado de Congo-Brazavile, antiga colônia francesa) e a República Democrática do Congo (anteriormente chamada República do Zaire, antiga colônia belga). Essa região, outrora foi berço do Antigo Reino do Congo, que emergiu antes da era colonial, nos séculos 14 e 15. Portanto, a história dos regressados pesquisados por Luena está diretamente relacionada com a história da partilha colonial do território africano entre três potências: Portugal, França e Bélgica; bem como pelos trânsitos terrestres e atlânticos.

[pausa]

Então, uma das coisas interessantes quando foi a campo, segundo me conta Luena, era uma certa familiaridade entre Brasil e Angola

[fim da trilha sonora]

Luena [minuto 17 do áudio até 19:18]: Uma das coisas interessante na época / primeira vez que eu fui era a questão de uma certa familiaridade, claro, em Luanda se fala muita língua portuguesa e as pessoas tinham muita afinidade e conhecimento da cultura brasileira, novelas, música, enfim, a classe média intelectual angolana lia romances, conhecia profundamente a vida cultural brasileira, muito, infinitamente muito mais do que qualquer brasileiro é capaz de conhecer sobre Angola, então, isso era bastante interessante. Então, era / essa relação com o Brasil era muito curiosa, como você tinha essa afinidade entre Angola e Brasil e isso também tinha uma relação, óbvio, a maior parte dos negros brasileiros vieram dessa região entre Luanda e o Congo, né, entre Angola e o Congo, então essa ideia de um retorno de que você tá meio que voltando pra terra dos seus ancestrais ainda que a maior parte dos brasileiros não sabe de onde vem seus ancestrais - a maior parte dos negros não sabe, dos brancos sim - é interessante, é muito interessante. Então, tinha uma sensação de que você tava em algum lugar do Brasil por vezes. Isso era bem bacana, depois você vai afinando o olhar e as diferenças, o circuito de diferenças vai ficando um pouco mais complexo.

Tainá: Essa familiaridade entre Brasil e Angola não para por aí. No caso de Luena, era também uma aproximação pessoal.

Luena: As minhas relações familiares em Angola, elas são bem assim... a primeira esposa do meu pai, né, a minha mãe foi a segunda esposa dele, a primeira esposa era uma mulher

angolana. Meu pai era um brasileiro branco, filho de português e ele viveu sua juventude em Portugal num colégio interno. Ele era filho de um comerciante português migrado para o Brasil e como filho mais velho ele vai estudar em Portugal num colégio interno para fazer Medicina como o pai queria. E lá em Portugal ele se envolve com, enfim, ele conhece e convive com muitas famílias angolanas, guineenses e cabo-verdianas, que são famílias cujos filhos iam estudar na metrópole no período colonial, isso nos anos 1950, e ele se envolve com os movimentos anticoloniais em Portugal, no norte de Portugal, ele tá no Porto nesse momento, e aí ele conhece a primeira esposa, era uma angolana que também tava estudando em Portugal e ele casa com ela no Brasil, meus irmãos nascem no Brasil, mas depois ela se separa do meu pai e volta pra Angola. Então, os meus irmãos crescem em Angola, depois voltam para o Brasil, mas as relações do meu pai com a família da primeira esposa são muito intensas / eram muito intensas. Então, quando eu vou pra Angola eu tenho uma rede familiar dos meus irmãos. Meu irmão também voltou a morar em Angola, então eu tinha meus sobrinhos, meu irmão e as famílias da esposa dele e dele foram famílias que me receberam quando eu fui estudar os regressados lá.

[entra trilha sonora]

Tainá: No final dos anos noventa, enquanto Luena realizava sua primeira ida a campo, Mariza Peirano, outra antropóloga brasileira, publicava o artigo “Alteridade contextualizada”, fruto da longa reflexão que a autora desenvolveu sobre teoria e método na Antropologia. O artigo dela e da Luena estão relacionados pela reflexão a respeito das implicações epistemológicas que o lugar do pesquisador e sua relação com os sujeitos de pesquisa podem ter no seu trabalho. A seguir, você escutará trechos do artigo da Peirano.

[fim da trilha sonora]

Lucas: Por muito tempo a Antropologia foi definida pelo exotismo de seu objeto de estudo e pela distância concebida como cultural e geográfica que separava o pesquisador do seu grupo de pesquisa. Essa situação mudou. Mesmo nos centros legítimos de produção antropológica, para muitos onde se faz a “Antropologia internacional”, hoje o ideal do encontro radical com a alteridade não é mais a dimensão considerada essencial da Antropologia. Nesses centros, houve uma mudança gradual em que a alteridade foi se tornando mais próxima. Dos Trobriandeses aos Azande, desses aos Quaiclute passando pelos bororo e daí para os países mediterrâneos até que nos dias atuais, bem diferentes de vinte anos atrás, uma Antropologia que se faz perto de casa, *at home*, é não só aceitável

quanto desejável. No caso europeu, esse tipo de investigação permanece sendo considerado Antropologia. Para outros, os norte-americanos especialmente, a investigação *at home* deixa de ser Antropologia e passa a fazer parte dos *Cultural Studies*, ou *Feminist Studies*, *Science Studies*, etc. [...] Chamo atenção para o fato de que no contexto brasileiro as exigências relativas à alteridade adquiriram desde cedo contornos específicos. Uma alteridade radical, no caso indígena, vigente até os anos 50, nas décadas seguintes passou a conviver com "alteridades amenizadas", em que antropólogos faziam pesquisa sobre o contato de populações indígenas com camponeses, chegando aos contextos urbanos até que mais recentemente nos anos 80 passaram a dirigir sua reflexão para a própria produção sociológica, tornando-se este um caso de alteridade mínima. No contexto da Antropologia no Brasil, nos últimos 30 anos a alteridade deslizou territorial e ideologicamente em um processo dominado pela incorporação de novas temáticas e ampliação do universo pesquisado.

[entra trilha sonora]

Tainá: Agora observe como a questão da alteridade e da nacionalidade aparecem no artigo "Alteridade e raça entre África e Brasil" de Luena.

[fim da trilha sonora]

Lucas: Embora não definindo de forma clara em que é fundada a alteridade, se na distância espacial ou na diferença cultural e mesmo em que termos essa diferença se expressa. No texto de Mariza, a diferença e a alteridade aparecem como quase sinônimos. [...] Eu me permito colocar entre aspas tanto os termos "mestiça" quanto "estrangeira" porque eu começo com a questão trivial que a antropologia brasileira, tal como as ciências sociais brasileiras, é basicamente uma antropologia do Brasil. A gente sabe que em países centrais fazer antropologia significa pesquisar realidades extra nacionais, já o Brasil se constituiu como um campo de estudo privilegiado para a nossa academia, especificamente quando falamos em ciências sociais. Isso significa dizer que as ciências sociais se propõem a tarefa de pensar o Brasil em suas diferentes realidades e contextos a partir daquilo que Mariza Peirano apontou como associado ao projeto de *nation building*. [...] É preciso que se diga que eu me refiro à Mariza Peirano pela sua importante e contínua reflexão sobre o fazer da antropologia, mas este "nós" naturalizado a que me refiro aparece há muito tempo em vozes e textos de muitos antropólogos brasileiros, o que significa que eu considero as reflexões de Peirano como indicando um certo inconsciente do fazer antropológico

brasileiro. Então, se a antropologia é feita por um "nós" que estuda "outro" brasileiro, qual seria o lugar dos brasileiros negros, indígenas e camponeses que eventualmente se tornam pesquisadores e estudam universos nos quais eles próprios tem proximidade ou pertencimento? Ou dito de outro modo, em que nível epistêmico se situa a chamada "alteridade" que torna possível ser feita a antropologia do e no Brasil? Dito de forma mais provocativa: nós quem cara pálida?

[entra trilha sonora]

Tainá: O artigo da Luena é produto de uma conferência que ela proferiu em 2019 durante a reunião anual da Anpocs, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, instituição chave nas Ciências Sociais brasileiras e tem a ver com sua posição deslocada de brasileira que estuda Angola.

[fim da trilha sonora]

Luena [ali por 1h28 no áudio original]: Então, eu tento pensar como que ser uma pesquisadora sobre África, né, o que que isso me ajuda a entender processos brasileiros, né, esses processos brasileiros de definição e localização racial. E também fazer um pouco as pazes com um contínuo processo de estranhamento com a Antropologia Brasileira desde que eu sou / desde a minha graduação, né, que muito me incomodava a maneira pela qual as Ciências Sociais, né, assim, meus professores de Ciências Sociais, isso não só na Antropologia, né, faziam referência a essa coisa de estudar temas brasileiros e de falar da Ciência através da ideia do nós, esse nós da Ciência, né, esse nós é muita coisa.

[entra trilha sonora]

Tainá: Na década de 1930, a diferença entre os subcampos das Ciências Sociais ainda não estava bem definida e, no Brasil, a área das Ciências Sociais guardava uma estreita relação com o projeto de nação: era preciso entender o Brasil e os brasileiros. Assim, como os cientistas sociais brasileiros pesquisavam outros brasileiros, entendia-se que as Ciências Sociais no Brasil eram feitas no e sobre o Brasil, mas o desconforto de Luena aponta que esse "nós" proferido por alguns não é tão universal, que por trás dele há pertencimentos de raça e de classe.

[fim da trilha sonora]

Luena [perto de 1h34/1h40]: E pensar sobre quem era esse nós e quem era o outro lado do nós nessa época, né. E isso é uma coisa que sempre me perseguiu muito de tentar entender de onde parte o nós pra eu poder entender de onde que tá aparecendo esse outro porque eu acabei indo estudar Angola. Sempre fui estudar temas africanos, meu interesse tanto na graduação como depois, e para mim esse nós e outros nunca tava exatamente muito claro e era uma coisa que me parecia muito confortável na Antropologia Brasileira, nas Ciências Sociais Brasileiras falar de um nós. Então ora era nós cientistas sociais, tinha uma ora que era nós brasileiros, ora que era nós cientistas sociais brasileiros... Então, uma coisa assim que era muito movente e muito pouco explicitada, d'aonde que está falando esse nós das Ciências Sociais que se faz no Brasil. E eu continuei com os meus desconfortos, né, na Universidade de São Paulo / porque, assim, eu não tô falando exatamente e apenas de um desconforto racial. O desconforto racial sempre existiu. Eu tive poucos colegas negros e isso sempre foi um tema, mas não era só isso. A questão racial era uma questão, mas não era a única questão. Tinha a ver com a questão mesmo dessa brasilidade.

[entra trilha sonora]

Eu lembro uma vez, isso foi com um colega / isso é uma coisa meio feia que aconteceu com um antigo colega meu que tava no antigo IUPERJ na época. A gente se encontrou numa dessas Anpocs da vida e ele me perguntou o que que eu tava fazendo, eu falei “ah, tô estudando Angola”. “Ah você tá estudando raça”. E eu falei “não, eu não estudo raça, eu estudo Angola, eu estudo uma etnia em Angola” e começo a explicar... “É, raça”, ele falou assim. Ou seja, África todo mundo é preto, então se você estuda África, você estuda raça, né. Uma coisa, assim, assustadora. Eu posso dizer que esse não era um exemplo, não era uma coisa comum entre os meus colegas, mas radicaliza um pouco uma certa percepção de que estudo de África é uma coisa generalizante para o estudo de raça e o fato de eu ser negra e eventualmente fazer bastante discussões sobre a questão racial me colocava nesse lugar da pessoa que estuda raça, porque pessoas racializadas estudam coisas racializadas. Enfim, então são uma série de questões e de interpelações que acompanham a gente nesse processo, né, e aí um pouco decidi usar a minha experiência, né, essa experiência que eu narrei de estar numa posição e é só a partir de uma posição que você tem condições de ler um fenômeno, né, pra poder pensar o lugar de fala das Ciências Sociais Brasileiras. Acho que é um pouco isso. Assim, como é que a Ciência Social Brasileira constrói, naturaliza na verdade, um certo local de fala. Usar lugar de fala de uma maneira, assim, bem ampla. E como essa naturalização do lugar de fala dá ao cientistas sociais brasileiros e à Ciências Social Brasileira essa neutralidade, esse ponto

cego a partir do qual ela acha que pode ver sem ser vista e que ela acha que pode classificar sem ela própria ser classificada. Ou seja, a medida que a Antropologia Brasileira estuda Brasil o tempo todo e ela vai tomando, né, a Antropologia vai sendo definida como o estudo da Diferença ou como o estudo do Outro, né, e isso pra mim também sempre foi um tema muito mal resolvido porque sempre achei que o Outro sempre é uma relação, sempre é / ela é o resultado de um processo relacional, resultado de algum tipo de encontro, de relação, então ela não é tá dada de antemão, ela só está dada no processo. Então, como é que a gente pode definir de antemão quem é esse outro?

[pausa, trilha sonora continua]

Tem um consenso na Antropologia Pós-estrutural, pós Lévi-Strauss, que o que a Antropologia estuda não é o primitivo ou o Outro, mas são processos de produção da diferença.

[fim da trilha sonora]

Portanto, essa alteridade não tá dada de antemão através de um tema. Ela é um problema que se constrói, né, e se assim é, ela não tá dada de antemão. E se ela se constrói no processo, a posição do sujeito que se relaciona com outros sujeitos, ela tem de estar problematizada e não é, assim, uma coisa que você coloca ali na introdução, uma nota metodológica. Ela é um problema metodológico, heurístico. Como que você pode conhecer, quais são os limites do conhecimento e quais são os limites da sua interpretação, se de alguma forma você não tá ali posicionado? Claro que isso vai ter soluções diferentes de acordo com o teu objeto, de acordo com o teu tema. Mas, de alguma maneira, quando se formula a ideia de que é o estudo do Outro, isso é uma / porque não só ela é relacional e ela é histórica, como ela é também muito circunstancial. A posição a partir da qual você constrói o Outro, ela é puramente circunstancial porque a sua posição não é uma posição estável.

Tainá: Um exemplo de como a posição social é circunstancial está na própria trajetória de Luena, que no Brasil é percebida como negra e em Angola como mestiça, termo local.

[trilha sonora de passagem]

Osmundo [a partir dos 44 segundos do áudio dele até 1m20]: A posição que eu elejo como a mais confortável para oferecer alguns comentários é aquela definida pela tradição crítica da diáspora africana e as possibilidades que ela apresenta para propormos um diálogo crítico, uma confrontação com digamos com as tradições da Antropologia Social tal qual ela é feita no Brasil.

[entra trilha sonora]

Tainá: Este que vocês acabaram de ouvir é Osmundo Pinho, antropólogo e professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, que comenta a relação entre os artigos de Mariza Peirano e de Luena Nunes Pereira.

[fim da trilha sonora]

Osmundo: Um movimento algo análogo ao encontrado, de modo talvez muito distintos, tanto no artigo de Luena como naquele de Peirano, neste último a ideia de alteridade contextualizada é central, claramente. Do ponto de vista que eu assumo, tal contextualização também poderia ser um descentramento, um descentramento desenvolvido nos dias que correm por sobre uma fratura sociológica, socioeconômica, racial que cinde ou que fere o nós nacional como *locus* de identidade homogênea. É nesse sentido que deveremos interrogar a consolidação de uma narrativa nacional que estabiliza esse nós nacional em um nós racial e de classe, como Luena apropriadamente sugere. A estabilização desse nós nacional preserva alguma ambiguidade porque este se equilibra entre o não ser e o ser o outro, como já disse muitos anos atrás Paulo Emílio Sales Gomes. Luena pôde, através de seu descentramento, por sua vez, deslocar essa pressuposição de universidade transparente para o nós antropológico que exige como contrapartida ou como sombra projetada esse outro que se refere, e é importante por ênfase, que se opõe a esse nós. O descentramento que Luena propõe revela o quanto também da epistemologia e da teoria nas Ciências Sociais no Brasil deve a uma Sociologia do campo acadêmico, às redes, às trocas e às distintas modalidades de conversão de capitais diversos. Não só deve digamos assim os fundamentos não só os fundamentos teóricos e epistemológicos da Antropologia tem um débito com essa Sociologia como com o ideal de nação e de sujeito de conhecimento, um compromisso com o ideal de nação que é essencialmente anti-negra, no sentido afro-pessimista, porque onde esta o negro com objeto não pode estar a pessoa do negro como sujeito, como já intuiu Beatriz Nascimento. Ora, toda a crítica deslocada ou ao deslocamento proposto converge para implodir o nós como um sujeito da enunciação, como o eu transparente, o olho de deus tal qual interpelado pela tradição crítica decolonial. Devemos considerar dessa forma como a colonialidade de poder e a narrativa master da modernização euro-centrada encontram ponto de referência epistemológica na chamada *hybris* do ponto zero entronizada como matriz sobre determinante na universidade, tal qual Santiago Castro Gomes explica e cito

agora a Castro Gomes: “como deus o observador observa o mundo desde uma plataforma inobservada de observação com o fim de gerar uma observação verdadeira e fora de toda dúvida. Como deus da metáfora a Ciência moderna ocidental se situa fora do mundo, no ponto zero para observar o mundo. Tudo isso para dizer que eu gostaria de introduzir como uma ponte para o debate entre as perspectivas encontradas em Peirano e em Nunes Pereira, eu diria que as Ciências Sociais Brasileiras, em especial a Antropologia Social, sem abrir mão das enormes conquistas efetuadas por gerações anteriores, tem muito a aprender e a crescer se abrindo para o reconhecimento de vozes críticas e da própria posicionalidade dos sujeitos envolvidos presentes no campo.

[entra trilha sonora]

Tainá: Em resumo, para que exista a alteridade contextualizada de Peirano, é preciso que exista um outro ao nós da nação, logo, o sujeito nacional por excelência não é qualquer brasileiro, mas o brasileiro de uma certa classe e de uma certa raça. Ou seja, nesse cenário o brasileiro ideal ainda é o branco. A posição deslocada de Luena proporciona um deslocamento na discussão, repensando as relações de poder dentro da própria nação.

[fim da trilha sonora]

[CRÉDITOS - na voz de **Tainá**]

Roteiro, edição e produção de Tainá Scartezini.

Leituras de Lucas Lippi.

Para este episódio, entrevistamos Luena Nascimento Nunes Pereira e Osmundo Pinho.

9.8.Roteiro episódio “#6 - Ações afirmativas na pós-graduação”

Tainá [acompanhada de trilha sonora]: Oi. Eu sou a Tai.

Lucas: e eu sou o Lucas.

Tainá e Lucas: esse é o Selvagerias, um podcast de antropologia. Aqui, só nos interessa o que não é nosso.

[Homenagem na voz da **Tainá**]: Gostaríamos de homenagear as populações tradicionais, originárias ou trazidas a esta terra sobre a qual produzimos este podcast. Sem elas nada disso existiria: nem um corpo, nenhuma ideia. Pelos emigrados, pelos traficados e pelos *touristes* no país da cobra grande. Este podcast se destina a todos os curiosos, profissionais ou amadores.

[pausa]

Lucas: Por que cotas na graduação? E por que cotas na pós-graduação? Neste episódio, retomamos o complexo, tenso e ambíguo histórico da relação entre os antropólogos e as políticas de ações afirmativas que no começo dos anos 2000 foi marcado por um conflito público no qual uma parcela da comunidade antropológica se colocava conversamos com Hugo Salustiano, pesquisador de mestrado do Programa de Antropologia Social da USP desde 2019, que estuda os sonhos entre povos guaranis, e é um pesquisador negro que entrou na pós-graduação por ações afirmativas. Também conversamos com a Talita Lazarin Dal Bo, doutora em Antropologia Social também pela USP, que trabalha com a temática das cotas e das políticas afirmativas com indígenas no ensino superior. Talita é branca e participou da Comissão que criou a proposta de ações afirmativas do PPGAS-USP. Ela também é uma das autoras do artigo “O tempo e o vento: notas sobre a arte de burocratizar políticas de cotas na USP” publicado no dossiê “Ações Afirmativas nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social” da Revista de Antropologia da USP, escrito com mais cinco pesquisadores que compuseram a comissão de ações afirmativas e relata o processo de implementação das cotas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, conhecido pela sigla PPGAS/USP. O link para o artigo está na descrição.

[trilha sonora de transição]

Tainá: O ano era 2006, quarto ano do governo Lula, Itália ganha a Copa do Mundo e o Twitter é criado. 2006 é também o ano em que intelectuais brasileiros se dividiram entre favoráveis e contrários à implementação de cotas nas universidades, no serviço público e no mercado de trabalho. Entre os cento e quatorze intelectuais que assinaram uma carta pública se posicionando contrários à implementação de cotas estavam as antropólogas e os antropólogos: Eunice R. Durham, Gilberto Velho, Guita Debert, Lilia K. Moritz Schwarcz, Mariza Peirano e Peter Fry, só para citar alguns. Eles argumentavam, entre outras coisas, que as cotas ameaçavam o princípio de igualdade jurídica entre os cidadãos e poderiam motivar um ressentimento racial. De outro lado, entre os 390 intelectuais que assinaram uma outra carta pública, esta favorável às cotas, o argumento era de que igualdade jurídica não é o mesmo que igualdade material e de que a igualdade material ainda não havia sido proporcionada à população negra e indígena. Eles escreveram [abre aspas] “Para se ter uma ideia da desigualdade racial brasileira, lembremos que, mesmo nos dias do Apartheid, os negros da África do Sul contavam com uma escolaridade média maior que a dos negros no Brasil no ano 2000; a porcentagem de professores negros nas universidades sul-africanas, ainda na época do Apartheid, era bem maior que a porcentagem dos professores negros nas nossas universidades públicas nos dias atuais. A porcentagem média de docentes nas universidades públicas brasileiras não chega a 1%, em um país onde os negros conformam 45,6 % do total da população [...] Em uma sociedade multi-étnica e multi-racial, deverão algum dia refletir as porcentagens de brancos, negros e indígenas do país em todos os graus da hierarquia acadêmica: na graduação, no mestrado, no doutorado, na carreira de docente e na carreira de pesquisador” [fecha aspas].

Lucas: Lembrando que algumas dessas pessoas mudaram de ideia, dentre esses, talvez o caso mais conhecido e publicizado seja o de Lilia Schwarcz. É possível encontrar ambas as cartas e a lista completa dos assinantes em uma publicação do jornal Folha de São Paulo. O link está na descrição.

Tainá: Mas pra entender melhor a história das políticas afirmativas no Brasil e a relação delas com a Antropologia é preciso voltar atrás mais alguns anos. Em 2003, os professores Rita Segato e José Jorge de Carvalho, então vinculados ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (Unb), propuseram a implementação de um sistema de cotas na UnB.

Lucas: José Jorge, numa entrevista ao portal de notícia da Unb cujo link está na descrição, fala que [abre aspas] “A proposta foi uma reação política à discriminação racial sofrida, em 1998, por um estudante do doutorado em Antropologia, então meu orientando. Primeiro negro a ingressar no programa em 20 anos, Arivaldo Lima Alves foi reprovado em uma disciplina obrigatória em seu semestre inicial no curso, em circunstâncias inaceitáveis, dada a forma como a situação foi tratada pelo coletivo docente. No auge do caso, que se arrastou ao longo de dois anos, iniciamos, em dezembro de 1999, o debate pela implantação de cotas para negros e indígenas na UnB. Naquela época, realizei um censo de identificação dos professores negros na UnB: de 1.500, apenas 15 – ou seja, 1% – eram negros. Esse duplo escândalo, de racismo institucional e extrema exclusão racial, foi decisivo como argumento em defesa das cotas raciais.” [fecha aspas].

Tainá: A reivindicação de reserva de vagas segundo critérios étnico-raciais não era nova, o movimento negro organizado já discutia o assunto há nos. Na década de noventa, por exemplo, temos alguns marcos que impulsionaram a discussão sobre cotas. Em 95, ocorre a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida e é criado o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019. Alguns anos depois, em 1999, é proposto o Projeto de Lei número 73, posteriormente chamado de Lei de Cotas, e, em 2000, é proposto o Projeto de Lei número 3.198, posteriormente chamado de Estatuto da Igualdade Racial. Em 2001, ocorre em Durban, na África do Sul, a Terceira Conferência Mundial da ONU contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata. E, em 2003, no mesmo ano da proposta de cotas na Unb, é criada a Secretaria Especial da Promoção de Políticas da Igualdade Racial (SEPPIR), atualmente parte do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Lucas: Mas foram precisos ainda mais alguns anos para que os projetos de lei sobre cotas e igualdade racial fossem aprovados. O Estatuto da Igualdade Racial foi aprovado em 2010 e a Lei de Cotas foi aprovada em 2012 após o Superior Tribunal Federal julgar por unanimidade sua constitucionalidade.

Tainá: A questão é que com a demora na aprovação da Lei de Cotas, a proposta da Unb repercutiu em outras universidades, a exemplo da UERJ, uma das pioneiras na aprovação de cotas, cada uma propondo seu modelo e um intenso debate percorreu a sociedade brasileira. Em 2006, portanto três anos após a proposta inicial de cotas da UnB, cientistas, intelectuais e artistas das mais variadas posições políticas se juntam para escrever uma

carta pública contra a política de cotas, carta que será rebatida no mesmo ano por outro grupo favorável às cotas. Na Antropologia, o debate sobre ações afirmativas e a posição dos antropólogos desse período ficou registrada no volume 11 de 2005 da revista Horizontes Antropológicos, cujo link está na descrição, e, em anos mais recentes, começaram a surgir propostas de cotas em programas de pós-graduação de Antropologia. Hoje, vamos acompanhar como foi o processo de implementação de ações afirmativas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional e da USP.

[transição com trilha sonora]

Lucas: Antes da proposta de cotas, eram aprovados no processo seletivo de mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional todos aqueles que tirassem nota acima de 7, somado o desempenho na prova escrita e na entrevista, até o limite de vagas ser atingido. A partir de 2012 isso mudou. O Museu passou a reservar 20% das vagas nos processos seletivos para candidatos optantes negros e mudou a nota de corte para 5. Além disso, considerando as particularidades históricas e culturais indígenas, decidiu-se adicionar um número de vagas, além das vagas já existentes, para os candidatos optantes indígenas. Esse número é fixo e corresponde a 10% do número das vagas totais. No caso dos candidatos indígenas, ao invés da seleção com entrevista e prova, eles submetem uma carta pessoal em formato de dossiê. Márcio Goldman e Gabriel Banaggia contam no artigo “A política da má vontade na implantação das cotas étnico-raciais”, publicado em 2017 no dossiê “Ações Afirmativas nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia” da Revista de Antropologia da USP, que a ideia de implementar cotas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu surgiu em 2006 quando José Jorge de Carvalho, professor de Antropologia da Universidade de Brasília e um dos formuladores da proposta de Cotas na UnB, deu uma palestra no Museu intitulada “O confinamento racial brasileiro”. Ali, durante a palestra, os professores do Museu tentaram estimar quantos alunos negros haviam dentre os 125 doutores formados pelo programa nos seus 40 anos de existência. A resposta foi assoladora: quatro, sendo que dois eram estrangeiros. Em percentual, isso equivale a 3,2%. É desse choque então que surge a ideia de um coletivo para pensar numa proposta de cotas, a qual entrou em vigor seis anos depois, após algumas mudanças na proposta original.

Tainá: No mesmo dossiê da Revista de Antropologia, o artigo “O tempo e o vento: notas sobre a arte de burocratizar políticas de cotas na USP”, escrito por Ana Letícia de Fiori, Cibele Barbalho Assênsio, Fabiana de Andrade e Jacqueline Moraes, relata como foi o

processo de implementação de cotas étnico-raciais no no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da USP. A proposta começou a ser debatida em 2013 durante uma greve estudantil que tinha as cotas como uma de suas pautas, mas só foi aprovada em 2017 após uma série de entraves burocráticos. De acordo com a proposta, 20% das vagas no mestrado e no doutorado são reservadas para candidatos negros optantes e 5% para candidatos com deficiência optantes. Há também um adicional fixo de duas vagas para candidatos indígenas que segue um processo de seleção diferenciado. Além disso, o exame de proficiência em língua estrangeira, anteriormente necessário para o ingresso na pós-graduação, foi postergado para o exame de qualificação.

[pausa]

Talita [áudio 1]: Eu participei desde 2013 numa comissão que a gente montou no PPGAS, que é o programa de pós-graduação em Antropologia da USP e que teve como mote inicial também, né, aliás como momento de explosão inicial a greve de 2013 da Universidade de São Paulo, que já apresentava o tema, a pauta, na verdade, das cotas como a principal demanda [1m56] ou pauta do movimento estudantil. E nós também na pós-graduação da Antropologia optamos por paralisar às nossas atividades, fizemos uma assembleia discente já inspirada num processo muito maior que ocorria em outras universidades públicas do país, em outros programas de pós em Antropologia, inclusive o da Universidade Federal do Amazonas é um dos pioneiros, até ter reservas de vagas indígenas, mas de outras universidades também como a do Rio de Janeiro e do Paraná e vários outros estados, em Brasília também, na UnB, já tinham reserva de cotas na graduação e na pós-graduação e a USP era uma das poucas universidades, era, que não aceitava bem essa política. Então, era na pós-graduação em Antropologia, a gente sabendo que a pós-graduação tem uma autonomia um pouco maior de pensar em processo seletivo, de fazer às suas próprias regras, a gente conseguiu fazer essa paralisação e criar grupos de trabalho para pensar o regimento da universidade, para pensar essas políticas que já ocorriam nessas outras universidades e construir uma proposta pro nosso programa, né, uma proposta de reserva de vagas para pessoas negras e com deficiência e vagas adicionais para pessoas indígenas, né, foi essa a proposta que a gente montou em 2013. Inicialmente só os discentes, depois com bastante apoio de alguns docentes e funcionários do programa e nos anos seguintes essa proposta correu todas as instâncias burocráticas da universidade para ser estudada e para ser aprovada ou não.

Tainá: Essa é a Talita Lazarin Dal Bo, uma das autoras do artigo e parte da comissão que formulou a proposta de cotas no PPGAS da USP. Ela também trabalhou no seu doutorado com a temática das cotas e das políticas afirmativas com indígenas nas universidades, pensando nos regimes de conhecimento indígenas e sobre quais as possibilidades de composições com outros regimes de conhecimento, em particular o científico.

Talita [áudio 2]: Bom, após esse processo longo de apresentação da proposta de ações afirmativas do programa de pós-graduação em antropologia social para às instâncias necessárias, então, começando para a comissão do programa, a coordenação do programa, depois para a coordenação da FFLCH, né, que envolve todos os programas de pós-graduação da USP e depois para a congregação da FFLCH, né, em todas essas instâncias, né, nos anos de 2013, 2014 e 2015, a proposta era debatida e depois votada e ela sempre foi aprovada com unanimidade, até que a proposta foi encaminhada para a reitoria da Universidade e, depois de nove meses esperando uma resposta, a reitoria arquivou no final de 2015, em dezembro de 2015 mesmo, ela arquivou a proposta e não deu mais nenhuma resposta e contrariando a normativa de que a pós-graduação tem autonomia para fazer seus processos seletivos. Então, o que a gente incluía nessa proposta, nessa reserva de vagas, não era um impedimento, isso não era impedido pelo regimento da USP, o programa de pós-graduação tem autonomia para fazer seus processos seletivos. Então, isso foi realmente um choque grande pra gente, né, assim, a gente sabe de algumas posturas políticas anti-cotas na universidade, mas a gente não imaginava que depois de todo esse debate de mais de dois anos em todas essas instâncias a gente receberia esse tipo de resposta da reitoria da universidade. E com isso a gente optou por continuar pressionando por um caminho a universidade, então, sem dúvida alguma a escrita desse artigo, desse dossiê na revista de antropologia ela teve esse propósito né de político de ampliar esse debate, de dar mais visibilidade, de dar mais força a ele, mas optamos por não aguardar esse novo processo na reitoria, mas sabendo que a gente poderia implementar as cotas sem ferir nada no regimento, então, que a gente tinha também essa força e essa autonomia mesmo no programa de pós-graduação. E fizemos assim, não alteramos nada, enfim, mudamos o processo seletivo, solicitamos a alteração para a universidade para mudar nosso processo seletivo da maneira como a gente achava importante para implementar reserva de vagas e vagas adicionais para indígenas e isto não ferindo o regimento da universidade, assim nós o fizemos. Mas isto é uma opção e uma política que é do programa que tá na instância do programa e que tem de ser rediscutida e aprovada todo ano quando o edital de seleção é feito, mas ela não é uma política de seleção reconhecida pela universidade. Então, assim, esse processo de

reconhecimento de institucionalização da política pela reitoria da USP ainda está em processo, ainda é um debate e uma luta que ainda precisa ser percorrida.

Lucas: Talvez você esteja se perguntando por que cotas na pós-graduação? Bom, Talita e suas coautoras discutem isso no artigo. Um dos fatores que elas apontam é a falta de oportunidades que estudantes negros, indígenas e de classe baixa tem. Para dar uma dimensão do problema, segundo dados do *Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua 2018*, mais da metade da população brasileira é composta por pretos, pardos e indígenas. No entanto, apenas 23% dos docentes vinculados a programas de pós-graduação na área de ciências sociais (antropologia, sociologia, ciência política e relações internacionais) credenciados pela CAPES no ano de 2017 são não-brancos, dos quais 12% são pardos e 3% pretos. Os dados são do *Boletim OCS Raça e Gênero nas Ciências Sociais: o perfil da pós-graduação no Brasil (2018)* elaborado pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (GEMAA/IESP/UERJ).

Tainá: E essa falta de oportunidades nada tem a ver com a competência desses estudantes, mas com as exigências feitas para o ingresso na pós-graduação, como o domínio de uma língua estrangeira. Quem afinal pode pagar por um curso de idiomas ou tem tempo para se dedicar ao aprendizado de outra língua? E quando olhamos para os programas de pós em Antropologia que adotaram cotas, três deles possuem nota 7 na avaliação da CAPES, a melhor nota, o que quer dizer que a implementação de cotas não afetou o desempenho do programa.

Lucas: Uma outra coisa que as autoras de artigo pontuam é que o ingresso de estudantes com outros perfis pode levar a uma abertura epistêmica dos espaços de produção de conhecimento, ou seja, essas pessoas trazem consigo outras formas de conhecer sobre o mundo, o que pode ampliar e transformar o que entendemos por Ciência. É para esse ponto que Hugo Salustiano chama a atenção também.

Hugo [áudio 1, 3 e 4]: Meu nome é Hugo Salustiano. Eu sou pesquisador de mestrado do Programa de Antropologia Social da USP desde 2019. Faço uma pesquisa bibliográfica sobre sonho entre povos guaranis e eu sou um pesquisador negro que entrou na pós-graduação por ações afirmativas. [fim do áudio 1]. Eu acho que em um primeiro lugar ter ações de políticas afirmativas em um programa de pós de Antropologia / aliás, isso de um modo mais geral, não só de Antropologia, mas ter uma política de ações afirmativas

representa uma vitória dos movimentos que estiveram envolvidos na luta pela aprovação dessa política. Então, a gente viu que no PPGAS da USP essa mobilização começou por volta de 2013 com a aprovação em 2017, mas, por exemplo, o Núcleo de Consciência Negra da USP estava discutindo cotas na universidade pública desde fins da década de 80, desde meados da década de 80. Então, assim, são lutas e discussões de décadas de movimentos negros, indígenas, pessoas com deficiência e muitos outros grupos discutindo educação, acesso à educação, cotas na universidade, em uma universidade super elitista, super branca como é a USP e aí que exista, que tenha a aprovação de uma política de ações afirmativas é sempre uma grande vitória, né. [fim do áudio 3]. Bom, agora sobre o que representa ter cotas num programa de Antropologia, eu acho que isso representa uma oportunidade da Antropologia se repensar enquanto disciplina de um modo, talvez, mais radical do que vem sendo tentado até então. A Antropologia é essa disciplina que esteve e ainda está muitas vezes ligada a projetos colonialistas e desde a década de 80 no mínimo, na verdade desde antes já existem essas críticas, mas desde a década de 80 no mínimo as discussões sobre as relações entre Antropologia e colonialismo e a necessidade de repensar a Antropologia atingiram o *mainstream*, né, acadêmico, embora essas críticas já venham de muitas décadas antes, inclusive de teóricos negros, pensando na Zara Hilston, uma teórica negra. E aí às cotas colocam essa situação em que efetivamente as pessoas pertencentes a grupos que historicamente eram só tratados como objetos de estudo de pesquisa, agora se tornam sujeitos de pesquisa [...] e isso traz uma série de / eu acho que perspectivas muito boas, mas também traz uma série de desafios para a Antropologia. A questão, na minha perspectiva, é se a Antropologia vai dar conta, se ela é capaz de se reinventar, de comportar essas outras epistemologias, essas outras formas de estar no mundo e de conhecer... porque uma disciplina acadêmica / a academia tem esse viés muito disciplinador muito forte. [...] Então, é realmente complexo, eu acho que ter uma política de ações afirmativas na Antropologia não tem nada que / é irônico que não tivesse já que é uma disciplina supostamente aberta para a diferença, para pensar a diferença, para pensar com a diferença, então, ter cotas na Antropologia é o mínimo. É o mínimo que as pessoas que historicamente são objetos de estudo se tornem sujeitos, pesquisadores. Isso é o mínimo que a Antropologia tem que oferecer, mas também não pode parar por simplesmente por aí, não é somente colocar as pessoas no lugar, é tanto fornecer condições objetivas para que elas permaneçam nesse lugar, então, tem uma questão de política de distribuição de socioeconômica de bolsa, uma questão com a permanência, com os prazos, enfim, com às especificidades das pessoas e que terminam sendo ligadas aos grupos que elas pertencem e também para uma abertura epistemológica. Não é só uma abertura de vagas, é também uma abertura epistemológica

e que por aí é um dos maiores desafios também e que tem um potencial de gerar muitos ruídos. [fim do áudio 4].

Lucas: Perguntamos para o Hugo também quais as dificuldades dos estudantes optantes por cotas após o ingresso.

Hugo [áudio 6 e 7]: Bom, em relação às dificuldades dos estudantes após o ingresso, uma das principais é em relação às bolsas de estudo e nos últimos tempos vem piorando muito a disponibilidade de bolsas. O CNPQ mudou para pior as regras de distribuição de bolsa e a CAPES também, volta e meia, coloca problemas com a previsibilidade de bolsas. Então, isso coloca realmente uma dificuldade muito grande porque a partir do momento que você tem pesquisadores que não são privilegiados economicamente, fica difícil se dedicar exclusivamente à pesquisa, por uma razão simples de que as pessoas vão ter de pesquisar e trabalhar ao mesmo tempo. Então, é necessário que tenha mais bolsas disponíveis e aí uma das soluções, uma das maneiras de diminuir, de melhorar um pouco essa situação é através da distribuição socioeconômica de bolsas. O PPGAS da USP tem uma distribuição que mistura distribuição socioeconômica com colocação na lista de classificação do processo seletivo e é uma política que tem tido efeito. Então, às pessoas, os estudantes que são optantes e que tem uma condição socioeconômica pior, geralmente, eles vão pro topo da lista e aí eles conseguem bolsas antes, né. Só que o problema é que tem pouca bolsa, então mesmo que a pessoa tenha ido pro topo da lista, muitas vezes ela pode ficar muitos meses sem conseguir bolsa ainda, porque a questão é que vai ter de esperar que às outras pessoas que estão com bolsa defendam e que liberem essas bolsas para que elas sejam repassadas pros próximos da lista. Então, a distribuição socioeconômica de bolsa sem dúvida é justa, é a política mais ideal para a distribuição de bolsas, mas ela é insuficiente, numa situação em que não tem bolsas, tem uma escassez de bolsas. [fim do áudio 6]. Então, uma outra dificuldade muito grande no pós-ingresso é o idioma estrangeiro. Uma das mudanças que o PPGAS, na verdade, uma das principais mudanças na implementação de políticas de cotas foi mudar a exigência de proficiência do início do processo seletivo para uma prova que vai ser aplicada no meio da pós-graduação da pessoa. Assim, então de ao invés ser um pré requisito para você entrar na pós, a proficiência vira algo da formação da pessoa. Então, não é um pré-requisito, ela vira algo da formação da pessoa, do pesquisador de pós-graduação. Às pessoas que bolaram a proposta de ações afirmativas do PPGAS viram nas pesquisas que elas fizeram que a exigência de idioma estrangeiro pro ingresso era uma das principais barreiras para pessoas negras e indígenas. Então a mudança disso visa eliminar o que é uma grande

barreira para o ingresso dessas pessoas. Só que aí quando muda para o meio, pra formação, pro meio da pós, você tem de comprovar a proficiência antes da qualificação. Então, no mestrado você tem mais ou menos um ano e no doutorado mais ou menos dois anos. E a proficiência é em um dos três idiomas especificados pelo PPGAS: inglês, espanhol ou francês. Então a pessoa tem até o meio da pós, até antes do exame de qualificação para comprovar proficiência num desses 3 idiomas. Ao concordar com isso o programa também vai ter de atuar na formação dessa pessoas para que elas consigam a proficiência. Aí, é que está o outro desafio: você consegue fazer com que as pessoas entrem, mas o programa tem também de encontrar maneiras de oferecer essa formação e tem de pensar quais são elas, parcerias com centros de línguas, outros cursos, cursos oferecidos por outras unidades gratuitos ou de baixo custo, que oferecem bolsas ou ele, o próprio PPGAS, criar cursos. Mas enfim... a ideia é que passa de um pré requisito para a formação. E aí isso começa a colocar vários desafios também porque muitas das bibliografias são cheias de idiomas estrangeiros. Então, é interessante pensar como cada aspecto das ações afirmativas coloca uma questão de repensar o que é a própria Antropologia, o que é um curso de pós-graduação numa universidade como a USP e no que ele vai ter de se transformar também, porque não é somente colocar / exigir que essas pessoas aprendam inglês, espanhol ou francês e deixar elas lá, que se virem, porque, pensando de novo na questão da bolsa e da escassez de bolsa, são pessoas que às vezes não tem o dinheiro ou não tem tanto tempo disponível para aprender um idioma, para ter esse dispêndio de ir atrás para pagar um curso e de isso ser fora da formação, não contar para nada na sua formação dentro da Antropologia no sentido de cumprir crédito. Então, são essas várias desigualdades que vão sobrecarregando desigualmente e injustamente essas pessoas historicamente marginalizadas, que são as pessoas negras e as pessoas indígenas. E no caso das pessoas indígenas isso é ainda mais dramático porque o português muitas vezes não é a primeira língua dessas pessoas, às vezes o português já é uma segunda língua dessa pessoa, de pesquisadores indígenas que entram na pós em Antropologia só que não tem como comprovar proficiência em português como outra língua por causa de como às regras da USP estão escritas. Isso não passa nem pelo regimento do PPGAS, passa pelo regimento da USP, da impossibilidade de uma pessoa que nasceu em território nacional comprovar proficiência em português, sendo que o português é uma segunda língua muitas vezes pra alguns indígenas que entram na pós-graduação. [fim do áudio 7]

Tainá: As dificuldades em transformar a universidade são muitas e variadas. Sem dúvida, vivemos uma situação sem precedentes de sucateamento e escassez de bolsas, verbas e

materiais, o que dificulta ainda mais essas transformações. Mas é impossível olhar pra vida de tantos alunos que foram os primeiros de suas famílias a entrar no ensino superior e não ver que algo mudou.

[pausa]

[CRÉDITOS - na voz de **Tainá**]

Roteiro, edição e produção de Tainá Scartezini.

Apresentação de Tainá Scartezini e Lucas Lippi.

Para este episódio, entrevistamos Talita Lazarin dal Bo e Hugo Salustiano.

9.9.Roteiro episódio “#7 - A herança de Egon Schaden Avanhanmundajá”

Tainá [acompanhada de trilha sonora]: Oi. Eu sou a Tai e esse é o Selvagerias, um podcast de antropologia. Aqui, só nos interessa o que não é nosso.

[Homenagem na voz da **Tainá**]: Gostaríamos de homenagear as populações tradicionais, originárias ou trazidas a esta terra sobre a qual produzimos este podcast. Sem elas nada disso existiria: nem um corpo, nenhuma ideia. Pelos emigrados, pelos traficados e pelos turistas no país da cobra grande. Este podcast se destina a todos os curiosos, profissionais ou amadores.

[entra trilha sonora]

Tainá: Em janeiro deste ano, fazem trinta anos do falecimento de Egon Schaden, professor emérito de Antropologia da Universidade de São Paulo. Com passagens pela Faculdade de Filosofia e pela Escola de Comunicação e Artes, o professor Schaden foi uma figura importante na institucionalização da Antropologia no país, tendo sido o primeiro a concluir um doutorado em Antropologia em terras brasileiras e o segundo a ocupar a Cátedra de Antropologia da USP, além de estar entre os fundadores da Associação Brasileira de Antropologia e de ser também o fundador da Revista de Antropologia da USP, uma das principais revistas científicas da área no Brasil. Neste episódio, falamos com Pedro Martins, antropólogo da Universidade do Estado de Santa Catarina e professor no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental. Pedro pesquisa a vida e a obra de Schaden desde 2011 e escreveu com Tânia Welter o artigo “Egon Schaden, um alemão catarinense”, publicado em 2013 numa edição especial da Revista de Antropologia sobre os 60 anos da revista. Pedro e Tânia são, respectivamente, diretor e presidenta do Instituto Egon Schaden, instituição que abriga o acervo deixado por Schaden. Este episódio conta ainda com áudios de uma entrevista de Egon Schaden dada à Mariza Corrêa, com trechos do documentário “Egon Schaden aos cem anos”, disponível no canal do Youtube do Instituto Egon Schaden e com leituras de Lucas Lippi. Os links para o artigo, o documentário e para a entrevista estão aqui na descrição.

[fim da trilha sonora]

João Baptista Borges Pereira [áudio do doc 100 anos min 7]: Quando eu vi o Schaden ele era um homem muito elegante, magro, vestindo um avental branco, como era costume da época, sentou, não falou nada com ninguém, pegou o cachimbo, botou o fumo, acendeu, jogou a fumaça pra cima, quando fumaça se desfez um pouco, aí ele voltou para a classe e se apresentou. Então, ele, o Schaden criava um suspense em classe

Tainá: Este que vocês acabaram de ouvir é João Baptista Borges Pereira, professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, que foi aluno e orientando de Schaden. Não é só João que se impressionava com as aulas do mestre, outro nome de peso das ciências sociais brasileiras, Antônio Cândido, não poupa elogios à Egon, que foi seu colega de graduação e amigo de longa data.

Antônio Cândido [áudio do doc 100 anos, min 8]: grande professor, excepcional professor, de uma clareza translúcida com uma expressão muito desataviada, muito simples e muito elegante.

[entra trilha sonora]

Tainá: Lembrado por seus alunos e colegas como um homem elegante, alto e magro, um tanto quanto formal, típico erudito que fuma cachimbo, Schaden era um homem bilíngue, entre duas culturas, a alemã e a brasileira, como dizia Antônio Cândido sobre o amigo. Pedro, do Instituto Egon Schaden, me contou que, no tempo em que Schagen foi professor, costumavam dizer que se alguém estivesse procurando um livro e não o encontrasse em nenhum lugar, era para procurar com o Schagen, pois se ele não tivesse, mais ninguém teria o dito livro - tamanha era sua biblioteca. Dizem até que, certa vez, um estudante encantado com a biblioteca do Professor Schaden a descreveu como “um vale no meio de uma colina de vidro”. Entre livros, revistas, documentos e periódicos científicos, são 17 mil exemplares que formam a coleção. Nem a biblioteca de Fran Lebowitz tem tantos itens!

São apenas 10 mil volumes na casa da escritora americana. Hoje, o acervo faz parte do Instituto, sob a presidência de Tânia Welter e diretoria de Pedro Martins.

[pausa]

Mas, Pedro, quem foi, afinal, Egon Schaden e qual sua importância para a Antropologia brasileira?

[fim da trilha sonora]

Pedro: Um coisa interessante de pensar é que eu fiz / eu estudei Ciências Sociais na UFSC, eu estudei o Egon Schaden na graduação, né, essa coisa de História da Antropologia e a questão indígena, então, a gente,] desde que eu entrei na graduação eu ouvia falar de Egon Schaden, mas também do Herbert Baldus, do Emílio Willems, do Curt Nimuendajú, né, nesses caras todos. E pra nós / ninguém nunca enfatizou isso também, pra nós esses caras eram todos alemães, eram o bloco de alemães que vieram pro Brasil e construíram a Sociologia e a Antropologia aqui. Então quando eu fui / fiz o mestrado aqui [...] fui pra São Paulo e fiz história de antropologia na USP, mas não se falou no Egon Schaden, também por conta das modinhas que ele mesmo criticava, enfim, quando eu fui trabalhar, já tinha doutorado, e eu fui pra São Bonifácio pela primeira vez em 2004, foi porque tinham pela primeira vez asfaltado a comunidade onde nasceu Egon Schaden, e isso só aconteceu em 2004, não tinha acesso por asfalto até então. O acesso, mesmo Florianópolis ficando a só 80km, era muito complicado, era uma área muito isolada. Isolada até 2004, né! Imagina na época em que Egon Schaden nasceu, em 1913, né, era, assim, três dias a cavalo para chegar em Florianópolis. Era bem, bem complicado.

Tainá: Nos anos trinta, quando a Antropologia ainda dava seus primeiros passos nas universidades brasileiras, muitos dos professores eram estrangeiros. Dentre esses professores, houve um grupo influente de antropólogos alemães em São Paulo que foram contemporâneos a Egon Schaden. Entre eles: Emílio Willems, Herbert Baldus e Curt Unkle Nimuendajú, sem falar em Harald Schultz que, às vezes, assim como Schaden, passa por alemão, mas era gaúcho. Pedro, então, conta a surpresa que foi para ele, também catarinense, descobrir que Egon era seu conterrâneo. Filho de pai alemão e mãe descendente de alemães, Egon nasceu em São Bonifácio, uma cidade muito pequena, com cerca de 3 mil habitantes, incrustada na serra catarinense, uma região muito fria e

que eventualmente até dá neve, de vida rural e com a melhor comida do mundo, segundo Pedro Martins. Mas Pedro meio que descobriu por acaso que Schaden era brasileiro. Ele estava em São Bonifácio por causa de uma outra pesquisa que conduzia sobre redes de sociabilidade.

Pedro: E no meio disso começa a aparecer os Schaden, que achávamos ser uma coincidência, era um nome alemão, a gente lembrou no Egon Schaden, mas não pensou imediatamente. Isso foi 2007 pra 2008, né, a gente teve essa revelação. Aí, claro, todo Schaden que a gente via, lá tem às placas de mercado e não sei o que, tem Schaden pra todo lado, a gente começava a pensar “será que isso tem a ver com o Egon Schaden?”. Mas, lá no começo, a gente ainda tava naquela, assim, que o foco da pesquisa era rede de sociabilidade e a coisa foi rolando. Então, fomos conhecendo as pessoas e quando a gente conversava com as pessoas sobre a gente ter interesse no professor Schaden, aí as pessoas “claro, nossa, mas vocês conhecem o professor Schaden”, né, e aí a gente respondia “sim, nós conhecemos”. “Mas vocês falam dele na universidade?”. “Claro, a gente fala dele”. Aí lá pelas tantas a gente descobria que as pessoas não estavam falando do Egon Schaden, elas estavam falando do Francisco Schaden, que tinha sido professor no município. Ele foi ara lá pra ser agricultor, mas quem foi agricultor mesmo foi a mulher, né, com os filhos, né, o próprio Egon com os 12 anos trabalhava na roça, né, e aí as pessoas falavam muito do Francisco, que era o pioneiro de São Bonifácio, ele foi o primeiro entendente, ele foi o cara que fez um monte de coisas e tal. E aí a gente perguntava pras pessoas da família: “tá, não, mas a gente conhece é o Egon Schaden”. Aí elas ficavam mais assustadas ainda, porque lá em São Bonifácio ninguém falava do Egon Schaden. As pessoa na rua, se você perguntava do Schaden, Francisco Schaden, sim, todo mundo lembrava, né, “ele foi o fundador do município”, “ele era muito inteligente”, “ele defendia os índios”, “ele formou o museu”, ele enfim, tudo que tem lá foi criado por ele, o cartório foi ele que criou, né, mas quando falavam do Egon Schaden, não, ninguém lembrava do Egon Schaden. [...] Mas isso ainda não se encaixava na nossa pesquisa, era uma coisa que a gente anotava nas beiradas do material, até que a gente começou a ler a bibliografia sobre o Egon Schaden para entender melhor, pra saber do Francisco Schaden, e aí descobrimos um livro do Emílio Willem, chama Aculturação dos Alemães no Brasil, me parece que esse é o nome, é isso mesmo, esse livro é uma pesquisa que o Emílio Willems fez no sul do Brasil trabalhando com o conceito de aculturação, que era o conceito que tinha na época, isso nos anos 40, né.

Tainá [acompanhada de trilha]: Embora não seja um conceito muito usado hoje, a aculturação foi bastante presente no debate dos anos 1940 e se referia a processos culturais e sociais nos quais indivíduos de uma cultura adotam elementos de outra, ou se ajustam ao ambiente cultural da sociedade dominante. Atualmente, se pensa mais em termos de transformação cultural do que em termos de aculturação e desaparecimento cultural.

Pedro: Final dos anos 30 pra 40, e nesse livro daí o grande estalo foi que o Emílio Willems não tratou isso de maneira metodologicamente adequada, mas ele chamou o Francisco Schaden via o Egon porque o Egon vai pra USP e vai fazer doutorado com o Emílio Willems, o Emílio vai ser o orientador dele, né, e por conta dessa ligação, o Emílio tá fazendo a pesquisa e o Egon articula pro pai dele coletar dados na região. E o pai dele coleta dados, faz uma etnografia com roteiro fornecido pelo Emílio Willems e no livro você vai encontrar lá no índice remissivo no final vai aparecer lá todos os momentos que é citado as referências do Francisco Schaden e aí deu o estalo 'pera aí, temos uma rede'.

Tainá: O pai de Egon, Francisco Schaden, embora só tenha estudado até o primário, era um autodidata e aprendeu com facilidade a falar português, francês, inglês e esperanto. Na cidade de São Bonifácio, é lembrado por suas contribuições com o desenvolvimento local. Francisco trabalhava como professor e agricultor, mas tinha dificuldade para criar os filhos. A cidade só tinha uma escola, a qual oferecia apenas o primário e, naquela época - estamos nas primeiras décadas do século XX, afinal, Egon nasceu em 1913 - um dos poucos lugares para completar a formação, seguindo para o secundário, em Santa Catarina, era o Colégio Catarinense, instituição privada de ensino mantida por padres jesuítas localizada em Florianópolis. Em valores da época, a anuidade do colégio era de setecentas sacas de farinha, custo que Francisco não podia arcar e nem mesmo se a cidade inteira de São Bonifácio produzisse só farinha, não haveria farinha suficiente. No entanto, o Colégio Catarinense oferecia cinco bolsas de estudo a cada ano para crianças de baixa renda com bom desempenho escolar, só que a entrada de Egon no Colégio Catarinense se deu quase que por acaso numa visita do então Governador de Santa Catarina, Adolfo Konder, a São Bonifácio.

Pedro: Então era muita grana para a época, porque, pra estudar nesse colégio, tinha que estudar interno, não dava para sair todo dia para casa porque eram 80km, três dias a cavalo para chegar lá. E o Francisco, que era um homem antenado, tava de olho nessa vaga, ele queria colocar o Egon nessa escola. Mas não era possível. Ele tentou três anos consecutivos e teve jeito, ele não conseguiu a vaga. E o Egon tava fora da escola, né, já há três anos e no quarto ano ele, o Francisco, consegue levar, provocar o Adolfo Konder para visitar São Bonifácio, pra mostrar como aquele povo lá necessitava de atenção e o Adolfo vai a São Bonifácio, se hospeda na casa do Francisco, né, e, enfim, chegou lá, né, a cavalo - pensa, são 80km a cavalo subindo aquela serra, com chuva, né, enfim - e lá ele finalmente conhece o Egon e ele não tem como negar, né, porque o Egon nessa altura já estava com 14 anos e era professor na escola, lecionava à noite para pessoas adultas, enfim... ia ser um autodidata como o pai dele, mas de fato não tinha perspectiva de estudar e aí o Adolfo Konder, claro, no calor da visita, prometeu pra ele que ia conseguir a vaga porque ele dava 5 vagas por ano no Colégio Catarinense para estudantes que não iam pagar. Eram 5 bolsas, ao todo eram 25 bolsas, como durava cinco anos o colégio, então eram 5 bolsas novas todo ano. Dessas cinco, uma era pra internato, ou seja, cama, comida, roupa lavada, ganhava uniforme, né, ou seja, o menino ia para lá e era o que o Francisco podia fazer porque não podia pagar nada. Aí, ele conseguiu e depois de muita briga, porque depois tem alguns desdobramentos. Mas finalmente, no ano seguinte, o Egon se matricula no Colégio Catarinense e vai estudar cinco anos nesse colégio. O que é importante destacar nisso, o que prova essa coisa? Primeiro, ele vai fazer uso de uma política de ação afirmativa, a lá Santa Catarina, coronelista e tudo, mas era uma política de inclusão, né, ou seja, o estado se responsabiliza por colocar 5 meninos - meninos mesmo, porque só estudavam meninos - na escola em nome da república, o resto é pra quem puder pagar. Mas o Egon, hoje, se você visitar o Colégio Catarinense, se você entrar no Colégio Catarinense, logo na portaria vai ter um corredorzão e esse corredor tá cheio de quadros homenageando ex-alunos dos dois lados. Tem 10 ex-governadores que foram alunos de lá e um monte de outras pessoas e lá na frente da biblioteca tem uma placa em homenagem ao Egon Schaden e tá escrito lá o que? Que nos cinco anos em que esteve estudando lá ele foi considerado o melhor aluno do colégio, ele ganhou prêmio de excelência cinco anos consecutivos.

Tainá: Os anos no Colégio Catarinense não foram fáceis. Egon era caçoado por seus colegas, garotos das boas famílias da elite catarinense, pois não tinha outra roupa para usar além do uniforme oferecido pela escola. Apesar disso, esse menino foi o melhor aluno da classe enquanto esteve lá. [pausa]. Mas, então, o interesse de Egon pela Antropologia

e pelos povos indígenas, em especial os Guaranis, com quem aprendeu a falar a língua guarani e dos quais recebeu o nome Avanhanmundajá, teve influência do gosto do seu pai pelo universo intelectual e também pela atuação de Francisco como mediador em confrontos entre brancos e indígenas. Reimar Schaden, filho de Egon, conta um episódio violento que Egon presenciou ainda criança enquanto acompanhava seu pai numa mediação e que o marcou profundamente. O relato é delicado e, se quiser passar, passe para o minuto 17 e 30.

Reimar Schaden [acompanhado de trilha sonora dramática/tensa]: O meu avô foi chamado para apaziguar então um conflito entre índios e colonos e, quando chegou lá... só encontrou os índios. Todos mortos e sem orelhas. Porque as orelhas os bugreiros tinham levado para mostrar aos que lhes tinham dado as incumbências que tinham matado os índios. Isso foi uma coisa que marcou profundamente o meu pai e eu tenho a certeza que foi por causa disso que ele acatou a Antropologia.

[pausa]

Tainá [acompanhada de trilha sonora]: Em 1937, já em São Paulo, Egon Schaden se forma na antiga Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência da USP e, no começo dos anos 1940, vira assistente do Professor Emílio Willems, responsável pela disciplina de Antropologia, a qual era ligada à cátedra de Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani, que na época era a cátedra de Plínio Ayrosa. Por esses tempos, a estrutura universitária era diferente da atual e os professores catedráticos eram aqueles que ocupavam cargos permanentes, era o mais alto posto que se podia chegar como professor. Somente em 1948 é criada a cátedra de Antropologia, ocupada por Willems, só que em fins de 1949 Willems vai para a Universidade de Vanderbilt nos Estados Unidos e quem assume a cátedra de Antropologia é Schaden. Ali, três anos depois, em 1953, Schaden funda a Revista de Antropologia, sua herança, como costumava dizer João Baptista Borges Pereira.

Pedro: Era uma época de pioneirismo mesmo, as coisas não existiam no Brasil. Não existia nenhuma revista de antropologia no Brasil, né, e existia muita dificuldade de socialização, de divulgação do trabalho científico produzido no Brasil ou sobre

determinados temas produzidos, né, por pessoas de outros países que interessavam ao Brasil. E durante, então, 20 anos no mínimo, essa revista era a revista que publicava o pessoal, os antropólogos brasileiros, e ele fazia e é interessante pensar isso porque ele era, ele criou a revista, ele editava, botava no correio, mandava pra outros países e ajudava as pessoas, né, a publicar. Ele fazia esse trabalho de editor que hoje em dia não se faz mais, que era pegar um texto de alguém que não tinha tanto talento para a escrita e ajudava a editar o texto mesmo, a torná-lo um texto legível, completo. E ele fez isso com muita gente, não só do Brasil, mas de vários países, né. Essa paciência dele, né, e esse talento de editor, isso vai ter repercussões muito grandes. Ele vai ter uma série de trabalhos e de coisas importantes que ele fez por conta disso, de pegar pessoas que estavam / que não teriam publicado nunca e publicar trabalhos que mudaram o campo do conhecimento, né. Então, isso, às vezes, quando a gente reflete sobre isso pensa assim, a presença dele lá, na vida daquelas pessoas, tornou possível ao mundo ter conhecimento daquelas coisas que não teria. [...]. Nesse tópico de quem foi o Egon Schaden e qual foi a importância dele, é isso, assim... Ele estava lá quando essa coisa toda tava acontecendo, quando tava surgindo esse campo do conhecimento. Ele esteve lá quando Lévi-Strauss chegou ao Brasil, né, para aprender a fazer Antropologia, é bom que se diga, né. Então, ele foi um daqueles, né, daquele punhado de garotos especiais que o Lévi-Strauss homenageia no “Tristes Trópicos”, mas que, na verdade, deixa a gente sabendo, pensando, refletindo que eles mereciam, todos aqueles garotos mereciam muito mais do que aquelas poucas linhas.

Lucas Lippi [acompanhado de trilha sonora]: Lévi-Strauss escreve, no último parágrafo do capítulo “São Paulo” de “Tristes Trópicos” o seguinte: “Que todos os que lançarem os olhos nestas linhas, encantadores discípulos, hoje colegas estimados, não sintam nenhum rancor. Pensando em vós, de acordo com o vosso uso, por vossos prenomes tão estranhos para um ouvido europeu, mas cuja diversidade exprime o privilégio que foi ainda o de vossos pais, de poder livremente, entre todas as flores duma humanidade milenar, escolher o frescor ramalhete da vossa: Anita, Corina, Zenaide, Lavínia, Taís, Gioconda, Gilda, Oneida, Lucília, Zenith, Cecília; e vós, Egon, Mário Wagner, Nicanor, Ruy, Lívio, James, Azor, Aquiles, Décio, Euclides, Milton; é sem ironia que evoco esse período balbuciante. Muito pelo contrário, porque ele me ensinou uma lição: a da precariedade das vantagens conferidas pelo tempo. Pensando no que então era a Europa e no que ela é hoje, aprendi, vendo-vos transpor em poucos anos uma diferença intelectual que se poderia supor da ordem de muitas décadas, como morrem e como nascem as sociedades; e que essas grandes subversões da história, que parecem, nos livros, resultar do jogo de

forças anônimas agindo no coração das trevas, podem também, num claro instante, realizar-se pela resolução viril dum punhado de crianças bem dotadas.

Pedro: Do ponto de vista de criação de uma teoria na Antropologia, o Egon Schaden não tem participação nenhuma e ele próprio diz, vocês já devem ter lido nos escritos dele, não interessava a ele criar uma nova teoria . [...] Então, ele diz que a ele não interessava nenhuma moda, porque ele tinha um foco, uma visão da Antropologia que era a observação da vida real, ou seja, o registro empírico, o registro dos fatos. E isso, claro, é reflexo de uma formação funcionalista e tal. Mas, e aí ele vai argumentar, durante toda a carreira dele, que o importante era se fazer bons registros etnográficos porque um bom registro etnográfico é atemporal. Atemporal no sentido de que ele registra. Ele é datado, mas se ele for bem feito, ele pode ser olhado em qualquer época e continuar a oferecer informações pros pesquisadores para sempre, se o registro for bem feito. Então, ele, como professor, ele se dedicava muito ao ensino da metodologia de pesquisa em Antropologia. Ele achava isso extremamente importante e dizia que o mais importante era isso: treinar as pessoas para irem a campo e coletarem dados relevantes e bem coletados, fazer bons registros.

Tainá [acompanhado de trilha sonora]: Formado na ideia empírica de Antropologia que Emílio Willems tinha, Schaden considerava da maior importância formar quadros, novos pesquisadores treinados para realizar pesquisa de campo e por isso dedicou sua vida ao ensino, tendo lecionado em diversos países, como Colômbia, Paraguai, Equador, Canadá e Alemanha, onde, inclusive, foi eleito professor catedrático da Universidade de Bonn, mas cujo convite recusou porque sua esposa gostava de mais do Brasil, embora ela própria fosse alemã. Schaden foi também professor catedrático na ECA, a Escola de Comunicação e Artes, após se aposentar da Faculdade de Filosofia. Essa dedicação ao ensino é algo que ele mesmo afirmou em entrevista à Mariza Corrêa.

Egon: Aliás, todos eles fizeram mais pesquisa de campo do que eu. Não é por culpa minha, mas é porque eu tinha de dar aula. Porque quando me perguntam como era minha trajetória como antropólogo não é como pesquisador, é como professor, como professor muito mais do que pesquisador. Eu fiz pesquisa sim, eu comecei fazendo pesquisa, mas o que eu fiz na vida foi lecionar, foi encaminhar outros para a pesquisa e mostrar como é que

se deve fazer e não se deve fazer. Mas estava perguntado da revista... a revista é a mesma coisa. Eu a criei, a fundei com muito sacrifício pessoal porque eu vivia dos meus rendimentos como professor, mas eu tive ajuda da Faculdade de Filosofia e do então diretor, Eurípides Simões de Paula, que faleceu já há alguns anos, mas eu fundei a revista e consegui mantê-la durante um pouco mais de 20 anos e agora ela continua, né. Ela durante algum tempo foi o órgão oficial da Associação Brasileira de Antropologia, ao que me consta não é mais, não sei porque, mas ela continua. [...]. Eu como professor que me tinha de dedicar ao mesmo tempo a tantas outras coisas, a orientar outras pesquisas e mais isso mais aquilo eu só fiz trabalhos fragmentários. As coisas que eu observei, que eu vi, que descrevi, que interpretei, eu acho que estão certas, embora vistas numa outra época, com uma posição que nós tínhamos aprendido. Mas se eu tivesse de refazer, recomeçar, eu acho que sairiam coisas inteiramente diferentes em todas as pesquisas que eu fiz. Inteiramente diferentes! Pesquisas sobre os Guaranis, pesquisa em geral sobre a aculturação de índios e também de imigrantes, pesquisas que eu fiz no Alto Xingu, pesquisas sobre o Rio Negro, tudo sairia inteiramente diferente. Por sinal que a maior parte do material que eu colhi eu não publiquei e não vai ser publicado! Não vai ser publicada porque eu acho que deveria ser revisto isto em loco. Muita coisa que eu tenho certeza, outras coisas que tenho quase certeza e outras coisas de que tenho dúvida, de maneira que se agora eu me pusesse agora a redigir trabalho sobre o material que eu tenho - e tenho muito material - eu ficaria com tanta dúvida que melhor seria e melhor será não escrever.

Tainá [acompanhado de trilha sonora]: Apesar de ter deixado três obras de peso: "Aspectos fundamentais da cultura guarani", "Aculturação" e "A mitologia heróica dos índios brasileiros", Schaden tinha o desejo de se tornar obsoleto, de que as pesquisas das novas gerações avançassem com o conhecimento e desbancassem o que ele tinha escrito. Por conta disso, se recusava a publicar textos inéditos e notas de campo, tendo inclusive pedido a sua esposa que queimasse seus escritos quando ele morresse, coisa que ela fez, em parte.

Pedro: E quando, antes de morrer, ele enfatizou muitas vezes com a esposa dele, a Dona Margarete, que era alemã, que veio da Alemanha mesmo, pequena ainda, mas nasceu na Alemanha e depois se naturalizou no Brasil, ele dizia para ela que quando ele morresse

ele queria que ela queimasse tudo. Eu imagino que até livros ele gostaria que ela queimasse / pra dizer que eu tenho esperanças em algum momento as filhas dele confiem na gente o suficiente para dizer “olha, na verdade, as cartas não foram queimadas”, mas elas afirmam pra gente, a gente se conhece há bastante tempo, e elas dizem que, de fato, a mãe, depois que ele morreu, pegou o que era carta dele e fez aquilo: botou no quintal e queimou mesmo, porque era o desejo dele e ela quiz respeitar. [...]. Então, ele tinha essa perspectiva de ser muito fechado quanto às coisas dele e tinha um propósito, digamos assim, muito forte de transmitir as coisas e formar quadros. Ele sabia da urgência de treinar pessoas, de abrir o campo, de registrar tudo que existia porque uma hora as coisas acabam rápido. O próprio trabalho dele, que é a segunda tese dele, sobre aspectos fundamentais da cultura guarani, ele tem essa clareza de que tudo isso que ele tava vendo, estava em transformação muito rápida e que estava desaparecendo e que se isso não fosse registrado, se perderia para sempre, porque as coisas somem, né, e aí você não teria como usar isso para entender o contexto, porque esses registros foram absolutamente fundamentais, não para ele apenas, não para a academia, para a Antropologia, mas para a cultura Guarani como um todo, né. Os registros que ele fez preservou para a cultura guarani, para a história do povo guarani esse momento de transição.

Tainá: Mas, Pedro, não sobrou mesmo nenhum registro pessoal do Schaden?

Pedro: Então, aparecem alguns registros que são importantes e que a gente vai coletando aqui e ali. Essa semana, por exemplo, a filha dele, uma das filhas dele, do Egon Schaden, nos revelou que encontrou depois de décadas desaparecida uma fita que foi o resultado digamos a conversa final de um estágio que chamamos hoje de um pós-doutorado feito por Egon Schaden no Canadá, por conta de um convite que recebeu para ser professor na ECA, porque já estava aposentado, criam a ECA e chamam ele de volta e ele vem pra criar na ECA a cadeira de Antropologia da Comunicação. Pra mostrar que depois de se aposentar onde trabalhava com antropologia e a questão indígena, ele volta anos depois e começa uma carreira nova, né. Mas aí, como ele era muito perfeccionista, o que ele fez; antes de começar com a disciplina ele foi ao Canadá fazer um estágio de 6 meses com Marshall McLuhan. E essa fita de vídeo estava desaparecida e a filha dele nos comunicou outro dia agora que encontrou. Não tem fungos, só que ela está no formato Betamax, né, não é do tempo de vocês, com certeza, né, foi o primeiro formato de produção de vídeo, pelo que eu sei, mas logo apareceu o VHS e desbancou a tecnologia Betamax, que era muito inferior. Mas a fita dele ainda era em Betamax e ela conseguiu essa fita que nós

vamos agora tentar converter para formatos contemporâneos e ver o que quer tem lá ainda. Ela disse que viu, na época lá nos anos 1970, nessa fita o McLuhan e tal com o Egon Schaden e que a gente tá torcendo para que ela ainda exista. Mas esse tipo de documento é muito raro, né, porque de fato o Egon Schaden não gostava de falar sobre ele e de se documentar, digamos assim. Essa coisa de fazer foto com família é muito raro, tem pouquíssimo material registrado sobre ele e por isso que a pesquisa sobre ele se torna difícil e, por outro lado, ela se torna muito mais divertida, porque a gente já saiu né pelo mundo garimpando elementos né que contem a história do Egon Schaden.

[pausa]

Tainá [acompanhado de trilha]: E é assim, a espera de que ressurjam mais uma fita ou carta perdida que Pedro e Tânia continuam sua pesquisa com esperança de que nem tudo tenha sido queimado.

[pausa + trilha sonora]

[CRÉDITOS - na voz de **Tainá**]

Roteiro, edição e produção de Tainá Scartezini.

Leituras de Lucas Lippi.

Para este episódio, entrevistamos Pedro Martins e consultamos os volumes 46 n.2 e 46 n.1 da Revista de Antropologia. Usamos também áudios do documentário “Egon Schaden aos cem anos” e da entrevista que Egon concedeu a Mariza Corrêa. Os links estão na descrição.

9.10.Pauta episódio “#8 - Gioconda Mussolini, a primeira antropóloga brasileira”

Pauta:

Primeira mulher no Brasil a ter a antropologia como sua profissão, Gioconda Mussolini foi uma precursora. No entanto, sua obra, redescoberta em anos recentes, foi ofuscada pelo machismo institucional e por sua morte precoce aos 55 anos. Ao lado de Egon Schaden, Gioconda Mussolini foi uma das assistentes de Emílio Willems, primeiro professor a ocupar a Cátedra de Antropologia da Universidade de São Paulo, criada em 1948. Apesar de ter escrito uma tese de doutoramento, Gioconda nunca a defendeu e esta só veio a ser publicada postumamente no dossiê a respeito da antropóloga elaborado pela *Revista de Antropologia* em 2015. Por nunca ter defendido sua tese, Gioconda ficou impedida de assumir o lugar de Schaden na cadeira de Antropologia quando este se aposentou em 1967. Além disso, Ciacchi (2015) argumenta que o trabalho de Mussolini não se encaixava nos “estudos de comunidade”, em voga na época, e que tinha diferenças teóricas e metodológicas consideráveis com estes, o que a isolou de seus pares e criou tensões com seu orientador, Schaden. Assim, este episódio procurará “perfilar” a antropóloga e investigar as condições que levaram sua obra a ser deixada de lado na disciplina até recentemente.

Possíveis entrevistados:

- Andrea Ciacchi, antropólogo que pesquisou a trajetória intelectual e biográfica de Gioconda Mussolini. Organizou o Dossiê “Gioconda Mussolini”, publicado no v. 58 n. 2. da *Revista de Antropologia* em 2015 e autor do artigo principal do número.
- João Baptista Borges Pereira, professor emérito de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Foi aluno de Gioconda.

Fontes bibliográficas:

CIACCHI, A. Do desembarque do navio ao embarque na canoa: Gioconda Mussolini, 1886-1938. *Revista De Antropologia*, 58(2), 2015, 69-98. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2015.108512>

CIACCHI, A. Dossiê: Gioconda Mussolini. *Revista De Antropologia*, 58(2), 2015, 6-9. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2015.108517>

CIACCHI, A. Gioconda Mussolini: uma travessia bibliográfica. *Revista De Antropologia*, 50(1), 2007 181-223. <https://doi.org/10.1590/S0034-77012007000100005>

GERBER, R. M. Nos passos de Gioconda Mussolini, a construção de uma etnografia sobre invisibilidades e mulheres pescadoras. *Revista De Antropologia*, 58(2), 2015, 99-116.
<https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2015.108514>